

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER A REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA URBANA DO ASSENTAMENTO FONTE DE LUZ E LOCALIDADES
CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 15H, NO
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE.

ATA Nº 054

PRESIDENTE - DEPUTADO WILSON SANTOS

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Invocando a proteção de Deus, e em nome da povo mato-grossense, eu declaro aberta esta Audiência Pública que tem por finalidade debater a regularização fundiária urbana do Assentamento Fonte de Luz e localidades circunvizinhas, no Município de Rosário Oeste.

Convido para compor a mesa o Dr. João Bosco de Moraes, Superintendente Regional do INCRA no Estado de Mato Grosso (PALMAS); Dr. Munir Arfox, Defensor Público no Estado de Mato Grosso (PALMAS); Edileuza Souza Santos, Coordenadora Geral do Movimento Social Agrário - MSA (PALMAS); Paulo Augusto Gomes de Souza, Vereador do Município de Rosário Oeste (PALMAS); Jeovah Feliciano de Souza, Diretor de Assentamento do INTERMAT, neste ato representando o Presidente do INTERMAT, Demilson Nogueira Moreira (PALMAS); Raquel Campos de Lima, Diretora Nacional da Ação Nacional Unificada (PALMAS); Narciso Cruz Silva, Coordenador do Acampamento Fonte de Luz (PALMAS); Professora e Mestra Tatiana Monteiro Costa e Silva, que será a nossa principal palestrante (PALMAS).

Composta a mesa de honra, convido a todos para que, em posição de respeito, cantemos o Hino Nacional Brasileiro.

(O HINO NACIONAL BRASILEIRO É EXECUTADO.)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Convidamos a Pastora Maria Sebastiana Araújo para que abra esta nossa Audiência Pública com a palavra do Senhor Deus.

A SR^a MARIA SEBASTIANA ARAÚJO – Em nome de Jesus, eu quero agradecer, primeiramente, o Senhor Deus por nos dar esta oportunidade de estarmos aqui nesta tarde todos reunidos.

Quero cumprimentar todos os componentes da mesa e todos os irmãos que se encontram aqui nesta tarde. Amém?

(A PLATEIA RESPONDE AMÉM.)

A SR^a MARIA SEBASTIANA ARAÚJO – Desde 16 de março de 2016, estamos nesta luta, cada um de nós esperando por este momento maravilhoso, porque sabíamos que as autoridades iriam olhar com carinho para nós e estariam aqui nesta tarde para dizer aquilo que tanto almejamos e esperamos receber. Amém?

(A PLATEIA RESPONDE AMÉM.)

A SR^a MARIA SEBASTIANA ARAÚJO – Mas, para não tomar muito tempo, porque eu sei que o tempo do nosso Deputado Wilson Santos é pouquíssimo, porque ele tem muito compromisso, então vamos ver o que Deus fala conosco nesta tarde.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER A REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA URBANA DO ASSENTAMENTO FONTE DE LUZ E LOCALIDADES
CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 15H, NO
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE.

Primeiramente, vamos nos por em pé em nome de Jesus e vamos fazer a oração do Pai Nosso, a oração que o Senhor nos ensinou, a oração que todos nós sabemos fazer. Vamos baixar nossas frentes e vamos orar.

(A ORAÇÃO DO PAI NOSSO É FEITA.)

A SRª MARIA SEBASTIANA ARAÚJO – Podem sentar amados, e vamos ouvir o que Jesus fala a nós nesta tarde...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Convido para compor a mesa conosco o Secretário Maxmar, Secretário de Governo do Município de Rosário Oeste, neste ato, representando o Prefeito João Balbino.

A SRª MARIA SEBASTIANA ARAÚJO – Abrimos aqui no Livro de Lucas, Capítulo 22, Versículo 24.

Seja o maior como o menor.

“Suscitaram também entre si uma discussão sobre qual deles parecia ser o maior. Jesus lhes disse: Os reis dos povos dominam sobre eles; e os que exercem autoridade são chamados benfeitores.

Mas vós não sois assim. Pelo contrário, o maior entre vós seja como o menor, e aquele que dirige, seja como o que serve.

Pois qual é maior: quem está à mesa, ou quem serve? Porventura, não é quem está à mesa? Pois, no meio de vós, eu sou como quem serve. Vós sois os que tendes permanecido comigo nas minhas tentações. Assim como o meu Pai me confiou um Reino, eu vo-lo confio para que comais e bebais à minha mesa no meu Reino; e vos assenteis em tronos para julgar as doze tribos de Israel.”

Amém, amados!

Isso fica para meditação para cada um de nós nesta tarde.

Olhamos as autoridades, aqui a nossa frente, que vieram para trazer a mensagem, e nós achamos que: “Ah, mas Wilson Santos!”. Amados, por incrível que pareça, ele e todos os que fazem parte desta mesa estão todos menores do que qualquer um de nós, porque eles lutam por nós. Então, nós os tratamos lá em baixo, mas Deus sabe da luta de cada um deles e Deus sabe da luta que eles estão passando e que eles vão passar.

Nesta tarde, eu quero deixar este Versículo como meditação para cada um de vocês. Amém!

Para terminarmos, para não tomarmos muito tempo, eu convido os irmãos para louvamos o hino, porque Deus não rejeita oração, e nós estamos aqui todos numa só fé. Sairemos daqui preenchidos, satisfeitos com o que nós vamos ouvir, porque tudo está na direção de Deus. E que não são eles que vão dar palavra, mas o Espírito Santo de Deus vai colocar as palavras certas na boca de cada um deles que irão dar a mensagem. Amém!

Vamos nos colocar em pé e vamos louvar o hino que todos nós sabemos, Amém? Porque nós estamos em oração e vamos continuar em oração.

(O HINO É CANTADO.)

A SRª MARIA SEBASTIANA ARAÚJO – Amados, desde 16 de março de 2016, quando fazíamos as nossas primeiras vigílias naquela porteira ali, lutando por este lugar, louvávamos nas madrugadas e vamos continuar. Amém!

(A PLATEIA RESPONDE AMÉM.)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER A REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA URBANA DO ASSENTAMENTO FONTE DE LUZ E LOCALIDADES
CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 15H, NO
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE.

A SRª MARIA SEBASTIANA ARAÚJO – Então, vamos dar uma salva de palmas para o Espírito Santo que esteve conosco até agora. (PALMAS)

Eu quero dizer para vocês: simplesmente creiam! Deus colocará as palavras certas nas bocas daqueles que trarão para nós as mensagens.

Uma boa tarde!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado, Pastora, pela mensagem e pelo hino.

Vamos dar continuidade a esta Audiência Pública.

Muito obrigado!

“A Indicação que apresentamos ao Governador do Estado visa atender à necessidade de realizar atos em conjunto para enquadrar o Assentamento Fonte de Luz, no Município de Rosário Oeste, na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017.

A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, por meio da Frente Parlamentar de Regularização Fundiária, realizou vistoria multidisciplinar, entre os dias 08 e 10 de setembro de 2016, em uma área de, aproximadamente, 15 hectares, às margens da BR-163, na faixa que atravessa o Município de Rosário Oeste, área conhecida como Farinheira, onde está edificada na área maior da Matrícula 8239, do Registro de Imóveis de Rosário Oeste, a Sede da EMPAER, no Município de Rosário Oeste.

A vistoria constatou:

1. A ocupação é pacífica, a ocupação é ordeira;
2. Que há zelo com as áreas de preservação permanente e respeito com o impacto às famílias do local;
3. Que as crianças frequentam a escola e são transportadas por um ônibus fornecido pela Prefeitura;
4. Que os ocupantes são famílias de baixa renda;
5. Que os ocupantes estão sob o manto do Movimento Social de Luta-MSL...”

(A SRª EDILEUZA SOUZA SANTOS FALA QUE É MSA – FORA DO MICROFONE.)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – MSS! MSA!

“6. Que, atualmente, está ocupada por, aproximadamente, 62 famílias;

7. Que o Governo do Estado de Mato Grosso firmou acordo com os ocupantes para que permaneçam na área até maio de 2019, até que seja alocada uma área para assentar em definitivo as famílias;

8. Que esse acordo está devidamente homologado por decisão judicial prolatada pelo Juiz da 2ª Vara Civil Especializada em Direito Agrário da Comarca de Cuiabá – Processo Cod. 1127201.

Assenta-se que a área ocupada pelo MSA, embora esteja inserta em uma matrícula de propriedade rural, é notório que está localizada no limite do perímetro urbano da cidade de Rosário Oeste, ressaltando, ainda, que tem como vizinho o 7º Batalhão da Polícia Militar, que reforça sua caracterização como núcleo urbano informal consolidado.

O Estado de Mato Grosso e o Município de Rosário Oeste precisam tratar dessa legitimação fundiária que nada mais é que uma forma de aquisição originária de propriedade como um reconhecimento administrativo do direito à propriedade do imóvel de forma rápida, eficaz e efetiva.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER A REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA URBANA DO ASSENTAMENTO FONTE DE LUZ E LOCALIDADES
CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 15H, NO
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE.

Trata-se de legitimação fundiária de área pública que, nos termos do art. 71 da Lei 13.465/2017, prescinde de desafetação e das demais exigências legais da Lei nº 8.666/93, Lei de Licitações, o que desburocratiza enormemente o processo de regularização.

Observa-se, ainda, que a Lei nº 13.465/2017, por se tratar de área com destinação urbana, permite que o assentamento seja objeto de regularização mesmo localizado em área rural, haja vista que a regularização fundiária urbana prescrita na referida lei, também, engloba imóveis situados na zona rural que possuam ocupação e destinação urbana sem que isso afronte a política urbana e os planos diretores das cidades ao adentrar no direito agrário e fundiário.

Por fim, o Parágrafo único do art. 16 da Lei nº 13.465/2017 prevê que:

‘Art. 16 Na REURB-E, promovida sobre bem público, havendo solução consensual, a aquisição de direitos reais pelo particular ficará condicionada ao pagamento do justo valor da unidade imobiliária regularizada, a ser apurado na forma estabelecida em ato do Poder Executivo titular do domínio, sem considerar o valor das acessões e benfeitorias do ocupante e a valorização decorrente da implantação dessas acessões e benfeitorias.

Parágrafo único As áreas de propriedade do Poder Público registradas no Registro de Imóveis que sejam objeto de ação judicial versando sobre a sua titularidade poderão ser objeto da REURB, desde que celebrado acordo judicial ou extrajudicial, na forma desta Lei, homologado pelo juiz de Direito.’

A REURB de Interesse Social - REURB-S necessita de uma declaração do Poder Executivo Municipal. Assim sendo, esta Indicação do Deputado Wilson Santos clama ao Poder Executivo de Rosário Oeste e ao Chefe do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, Governador Pedro Taques, que editem atos necessários para viabilizar a regularização fundiária do Assentamento Fonte de Luz e, dessa forma, ao implementar a Lei nº 13.465, de 11 de julho 2017, se estabeleça um marco na história de Mato Grosso, propiciando a mais lúdima justiça às famílias que lá residem, trabalham no quintal produtivo e cooperam para o crescimento do Município de Rosário Oeste.

Pelo exposto, acolhemos com grande empenho esta reivindicação e pedimos a colaboração dos nobres Deputados na aprovação da presente matéria.”

Então, esta matéria foi submetida aos 24 Srs. Deputados e aprovada pelos 24 Deputados. (PALMAS)

Ao abrir esta importante Audiência Pública eu quero...

Porque tem uma música, Dr. Bosco, que diz: “Todo artista tem que ir onde o povo...”

(A PLATEIA RESPONDE: “ESTÁ”.)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – É uma música do cantor Milton Nascimento, um dos melhores compositores e um dos melhores cantores do mundo. Milton Nascimento disse: “Todo artista tem que ir onde o povo está”. E não só o artista. O político, também! O político com P maiúsculo, o político que faz política com seriedade, que está ao lado de quem precisa do político, que está ao lado dos menos favorecidos, que está ao lado do pequeno, da mão calejada e do humilde.

Ensinou-me Dante de Oliveira: “Wilson, política é para o pobre, política é para o pequeno, é para o trabalhador. O rico não precisa disso, porque quando o filho dele adocece ele pega o primeiro avião e vai para São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Estados Unidos. Quem precisa da política com seriedade, da política honesta, da política que traz resultados aos pequenos são os pobres, são os humildes.”

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER A REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA URBANA DO ASSENTAMENTO FONTE DE LUZ E LOCALIDADES
CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 15H, NO
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE.

Por isso, não é o Deputado Wilson Santos que está aqui. Quem está aqui nesta tarde é o Parlamento Estadual de Mato Grosso, é a Assembleia Legislativa, que vem ao clamor, ao socorro dessas 62 famílias que desesperadamente ocuparam esse espaço para colocar comida na mesa dos seus filhos com o suor honesto e limpo do seu trabalho aqui em Rosário Oeste. (PALMAS)

Vou passar a palavra a nossa palestrante, Dr^a Tatiana Monteiro Costa e Silva, que falará por 20 minutos.

Depois passaremos ao Superintendente... Este moço aqui que se veste tão simples, uma camiseta simplória como essa, é simplesmente o Presidente do INCRA em Mato Grosso, é o número um, a maior autoridade do INCRA. Ninguém desapropria um hectare de terra em Mato Grosso, de Aripuanã a Alto Taquari, de Comodoro a Barra do Garças, sem a assinatura desse barrigudinho, cabeça de melancia que está aqui... (RISOS – PALMAS) ...servidor de carreira do INCRA, gente nossa, mato-grossense, um grande quadro do INCRA está aqui, veio pessoalmente, não tem nem segurança, porque sabe que aqui ninguém vai dar facada em ninguém.

Tem gente que tem medo de vir: “Eu vou tomar uma facada...”. Eu falei: no máximo que você vai tomar é uma cipoadada de cana em seu lombo. No máximo uma cipoadada. Ninguém vai dar facada em ninguém, nem tiro e nem bala. As pessoas aqui são decentes, são honestas.

Então, Bosco, eu agradeço. O senhor já esteve comigo no mês passado em uma Audiência Pública como esta na Agrovila das Palmeiras, convidei e você esteve lá, e convidei e você veio aqui. Nosso muito obrigado.

Convido para compor a mesa a Professora Maria Gorett Nunes de Oliveira, Diretora da Escola Estadual CEJA 25 de Junho.

Professor tem que ser tratado com mais carinho.

Por favor, Professora, aqui à mesa.

Registro a presença do Gideon Danini Rosa, Consultor do Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, muito obrigado, Gideon, pela Presença; Fernando Luiz Nazário, Diretor da Coordenação Geral do Movimento Social Agrário; Obrigado, Arlinda Alves Ferreira, Coordenadora do Grupo de Assentamento P.A Santo Antônio da Fartura, lá no Município de Campo Verde, divisa com Santo Antônio de Leverger; agradeço a presença do Movimento Social de Luta Acampamento Monte Oliveira de Rosário Oeste.

Cadê o pessoal do Monte Oliveira?... Levante o braço o pessoal do Monte Oliveira! Têm algumas pessoas. Muito obrigado!

Mais uma vez, cito a nossa Pastora Maria Sebastiana Araújo; também o Ítalo, que representa, neste ato, a Secretaria de Estado das Cidades.

Então, com a palavra, a Dr^a Tatiana.

A SR^a TATIANA MONTEIRO COSTA E SILVA – Boa tarde a todos e a todas!

Inicialmente, eu gostaria de agradecer a presença de todos e cumprimentar todas as autoridades presentes na pessoa do Deputado Wilson Santos.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Dr^a Tatiana, só um pouquinho.

Quero convidar para compor a mesa a Procuradora da Assembleia Legislativa...

A SR^a TATIANA MONTEIRO COSTA E SILVA – Dr^a Fernanda.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Dr^a Fernanda Amorim. Por favor, peça uma salva de palmas. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER A REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA URBANA DO ASSENTAMENTO FONTE DE LUZ E LOCALIDADES
CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 15H, NO
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE.

A Dr^a Fernanda tem nos ajudado muito nessa luta, nesse trabalho importante. Ela é irmã de uma juíza de direito que passou pela comarca, Dr^a Flávia Amorim: são Flávia, Fernanda, Fânia, todas foram minhas alunas, filhas de um ex-Prefeito de Cuiabá, ex-Presidente da Câmara Municipal, que morreu pobre devido a sua honestidade e seu caráter.

O que ele pôde deixar para as filhas foi o estudo: uma é procuradora da Assembleia Legislativa, a outra é promotora de justiça e a outra é juíza já a caminho da desembargadoria. Então, é só gente forte chegando para ajudar vocês.

Muito obrigado, Fernanda. (PALMAS)

A SR^a TATIANA MONTEIRO COSTA E SILVA – Quero agradecer o convite para fazer esta fala hoje nesta Audiência Pública, um assunto tão relevante e importante para todos.

Também quero agradecer a Dr^a Fernanda pela indicação da minha pessoa.

Estou muito agradecida, Fernanda. Muito obrigada.

Procurarei fazer uma fala bastante simples para que todo mundo compreenda, porque o assunto é bastante difícil para todos os atores que trabalham há muito tempo com esse assunto regularização fundiária.

No ano passado tivemos no cenário nacional a instituição da Lei Federal nº 13.465, denominada regularização fundiária urbana e rural.

Essa lei federal foi regulamentada agora em março de 2018 por meio do Decreto Federal nº 9.310, de 2018. Então, várias situações, omissões, que estavam em aberto na lei federal, de certa forma foram equacionadas no decreto.

O que essa lei trouxe de novidade? Toda uma política nacional de regularização fundiária para áreas urbanas e para áreas rurais.

Hoje eu vou falar um pouquinho dessa política que foi estabelecida para os Municípios brasileiros, porque essa lei trouxe muitas obrigações para o ente municipal. Então, os grandes responsáveis pela regularização fundiária urbana serão os Municípios brasileiros, Municípios de pequeno, médio e grande porte.

Essa lei trouxe um conceito importantíssimo para vocês, o conceito de núcleo urbano. É esse conceito de núcleo urbano que possibilita a assentamentos ou núcleos informais localizados em área rural, com características urbanas, serem regularizadas pelo Município ou pelo outro ente federativo, seja em áreas públicas, sejam em áreas privadas.

Essa foi uma grande inovação introduzida na lei federal. Por quê? O Município, ao mesmo tempo em que tem essa grande responsabilidade, vai poder, ao final, entregar ao Cartório uma Certidão de Regularização Fundiária que possibilitará a titulação daquele ocupante, seja em área pública, seja em área privada.

O que eu estou querendo falar para vocês é que o Município vai poder titular uma área ocupada, desde que respeitados todos os critérios previstos na lei, tanto em área pública como em área privada.

E o grande instrumento, que eu acho que foi a consagração dessa lei, que é uma inovação, foi o instrumento da legitimação fundiária, como bem disse o Deputado Wilson Santos.

A legitimação fundiária é uma forma de aquisição originária da propriedade e a Lei possibilitou que, para esses núcleos informais consolidados, quando caracterizados como baixa renda, o Município ou o ente instaurador da REURB poderá já legitimar com esse instrumento ao final. Essa foi uma grande inovação dada pela lei federal.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER A REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA URBANA DO ASSENTAMENTO FONTE DE LUZ E LOCALIDADES
CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 15H, NO
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE.

Algumas questões que eu acho que são importantes. O que esse conceito fala? Núcleo urbano: “assentamento humano com uso e características urbanas.”.

Então, mesmo que este assentamento esteja em área rural, mas que tenha características urbanas, ele poderá ser regularizado pelo Município mesmo inserido em áreas rurais.

“Constituído por unidades imobiliárias com área inferior à fração mínima de parcelamento do solo.”

Aqui temos alguns critérios e características do parcelamento do solo rural. Então, mesmo que aquele assentado em uma área rural com características urbanas não possua aquela fração, aquele módulo mínimo previsto no Estatuto da Terra, ele poderá ser regularizado.

Essa é uma lei federal que é muito subjetiva. Ela não trouxe uma uniformização como foi dada na lei federal de 2009 que foi revogada, Minha Casa, Minha Vida. Na lei federal de 2009, 11.977, de 2009, Minha Casa, Minha Vida, o capítulo que trata de regularização fundiária foi totalmente revogado. Não existe mais o ordenamento jurídico. E hoje quando falamos de regularização fundiária é REURB. Minha Casa, Minha Vida, agora, se resume à política habitacional e financeira. Regularização fundiária é REURB, regularização fundiária, que pode ser de duas modalidades: ou de interesse social, ou de interesse específico.

O que vem a ser essa regularização fundiária? Abrange medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais. Então, é um conceito bastante abrangente. Não é só titular a pessoa fundiariamente, mas é legalizar moradia, porque toda essa flexibilização que aconteceu com essa lei federal de 2017, essa relativização, essa flexibilização de direitos tradicionais que nós tínhamos, como o caso de ocupação de áreas públicas, que, agora, não precisa mais de desafetação do imóvel, foi para possibilitar o direito à moradia, o mínimo de dignidade da pessoa, que aquela pessoa que está em uma situação consolidada tenha o mínimo de condições de habitabilidade com segurança e com infraestrutura. Então, ao mesmo tempo em que a lei federal e o decreto federal de 2018 trouxeram que aquele Município que classificar a REURB, também, é responsável por toda infraestrutura.

Então, esse, também, Deputado, eu acho que será um grande desafio para os Municípios brasileiros, porque além de fazer toda classificação, todas as análises, o Município é responsável pela infraestrutura. E a lei já estabeleceu o que vem a ser essa infraestrutura que deve existir nesses núcleos informais consolidados, inclusive, em áreas rurais com características urbanas.

Esse ônus orçamentário, essa iniciativa é do Município, mas isso não impede que o ente, também, avoque essa responsabilidade, que chame para si essa responsabilidade. Então, os Municípios, a partir de agora, de pequeno, médio e grande portes deverão se estruturar para essa nova lei, porque ela trouxe várias incumbências, várias responsabilidades e a necessidade de se estruturar com uma equipe multidisciplinar, porque quando se fala em ocupações, sejam em áreas urbanas consolidadas, bem caracterizadas, enfim, precisa ter um olhar multidisciplinar: o assistente, o arquiteto.

O arquiteto é fundamental, Deputado, nesse processo de regularização fundiária; o biólogo...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS – FALA FORA DO MICROFONE) –
O urbanista.

A SR^a TATIANA MONTEIRO COSTA E SILVA – ...o urbanista, o arquiteto urbanista que pensa planejamento das cidades, porque uma das características dessa lei federal é que ela é atemporal. Ela não vai ser finalizada simplesmente com a entrega do título para aquele

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER A REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA URBANA DO ASSENTAMENTO FONTE DE LUZ E LOCALIDADES
CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 15H, NO
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE.

ocupante do núcleo informal, mas, sim, o Município, bem como a sociedade, de forma geral, terão responsabilidades posteriores.

Então, a lei é atemporal. É uma lei contínua, um processo contínuo. Se naquele assentamento não tem a questão do esgotamento sanitário, depois o Município terá que possibilitar essas questões, os próprios moradores... Infraestrutura mínima essencial que foi estabelecida na lei, também, é uma responsabilidade.

A lei...

Falando de forma muito objetiva, tudo que for interesse social é responsabilidade dos Municípios. Municípios de pequeno, médio e de grande porte.

O que vem a ser REURB-S, de Interesse Social? Regularização fundiária aplicável aos núcleos informais urbanos ocupados predominantemente por população de baixa renda.

O que vem a ser baixa renda? Hoje, nós não temos... Aliás, nós não tínhamos uma padronização do que vinha a ser baixa renda. Isso vinha muito do interesse local de cada Município. O Município pode, nos seus planos diretores, nas políticas de regularização fundiária, estabelecer o que é baixa renda de acordo com as suas características, com as suas vocações e com os estudos que são realizados em termos de planejamento urbano.

Mas o decreto federal trouxe o que é baixa renda. Essa foi uma grande inovação, porque, de certa forma, colocou um parâmetro mínimo nacional para que os Municípios e Estados sigam essa norma federal. Aquele não superior, aquele núcleo informal, aquela população que não tenha uma renda superior a 05 salários-mínimos. Então, algo aproximado de 4.770 reais. Tudo que estiver abaixo desse parâmetro será considerado baixa renda e responsabilidade dos Municípios brasileiros. Tudo: infraestrutura, as aprovações, as análises e todas as etapas posteriores.

A outra modalidade de REURB é de interesse específico. A de interesse específico é tudo que não se enquadra em baixa renda. O que não é o caso de vocês. Aqui percebemos nitidamente que tem essa característica já de interesse social.

O Deputado falou que aqui tem APP.

Não é, Deputado?

Então, outra flexibilização da norma federal foi a dispensa do licenciamento ambiental, dispensa do licenciamento ambiental. O que acontecia? Muitas vezes, até as pessoas queriam fazer os projetos de regularização fundiária, tinham essas iniciativas, mas, muitas vezes, ficavam nas exigências do licenciamento ambiental, que é realizado junto aos órgãos municipais ou do Estado de meio ambiente. No caso, a lei federal dispensou a exigência do licenciamento ambiental, mas trouxe uma novidade, a necessidade de fazer um laudo técnico ambiental em 03 situações: quando na área do núcleo informal consolidado existir Área de Preservação Permanente, Unidade de Conservação de Uso Sustentável ou nas situações de mananciais.

Aqui, Deputado, o senhor falou que tem APP. Então, obrigatoriamente, terá que fazer um laudo técnico ambiental e esse laudo técnico ambiental é realizado pelo próprio Poder Público pela caracterização do núcleo informal consolidado.

O projeto de regularização fundiária, que é realizado por um arquiteto urbanista, também é uma etapa obrigatória.

Então, a lei possibilita a regularização em área rural desde que com características urbanas, mas ela exige vários procedimentos, várias exigências... E essas etapas e essas fases da REURB, sejam de interesse específico – o que não é o caso de vocês – ou de interesse social, são

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER A REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA URBANA DO ASSENTAMENTO FONTE DE LUZ E LOCALIDADES
CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 15H, NO
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE.

atemporais, e será um processo contínuo, mas a inexistência de infraestrutura ou de lei municipal específica, pelos Municípios, não é impedimento para a aplicabilidade das normas federais.

Essa lei federal foi uma inovação, porque ela relativizou várias questões que eram difíceis de serem aplicadas na prática, principalmente nos processos de regularização fundiária. Não será um processo fácil para qualquer Município brasileiro, para qualquer situação, porque os Municípios precisam se apropriar dessa nova lei, dessas novas exigências e também até das questões orçamentárias, porque isso tudo vai demandar orçamento por parte dos Municípios.

E como eu falei para vocês, a lei já deu preferência nos casos de REURB-S para a entrega da legitimação fundiária.

Além da legitimação fundiária, existem outros instrumentos que foram previstos na lei, mas essa talvez seja a mais rápida e definitiva para aquele ocupante, mas esse olhar, essa sensibilidade, esse estudo e todos os projetos devem ser realizados pelo Poder Público quando for uma regularização fundiária de interesse social.

Eu acho que eram essas as considerações iniciais, estou no meu prazo, estou à disposição se tiverem mais algumas dúvidas... que com certeza terá. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Passo a palavra a nossa Procuradora Dr^a Fernanda para que possa tecer os seus comentários em relação a toda titulação, documentação e regularização fundiária do Assentamento Fonte de Luz. (PALMAS)

A SR^a FERNANDA LÚCIA OLIVEIRA DE AMORIM – Boa tarde, Deputado Wilson Santos!

Obrigada, Dr^a Tatiana Monteiro!

O pessoal aqui me conhece, Deputado Wilson Santos.

Eu estou impressionada! O que é que aconteceu que esse povo ficou mais bonito? Em 2016, a Assembleia Legislativa esteve aqui, vocês se lembram?

(A PLATEIA RESPONDE SIM.)

A SR^a FERNANDA LÚCIA OLIVEIRA DE AMORIM – Não era eleição, não era nada, viemos, passamos 03 dias, eu passei bem, comi peixe, galinha, não é, Edileuza?

(A SR. EDILEUZA SOUZA SANTOS RESPONDE SIM – FORA DO MICROFONE.)

A SR^a FERNANDA LÚCIA OLIVEIRA DE AMORIM – Cuidaram bem de mim, Deputado Wilson Santos, porque Assembleia Legislativa sempre trabalhou séria. Sempre que a Assembleia Legislativa designa um técnico, gente, não é para fazer política, politicagem, é para prestar serviço para vocês, vocês não são pobres, nem ricos, nem nada, vocês são gente, filhos de Deus como eu, como todo mundo (PALMAS)... De lá para cá, só temos acudido, não é, Edileuza?

Raquel, a Pastora ajoelha todo dia pedindo para iluminar o nosso Governador, e tem iluminado, Pastora, tem iluminado... porque ele assinou um acordo para que fiquemos aqui só até ano que vem.

E aí, Pastora, além da Assembleia Legislativa e do Deputado Wilson Santos abraçarem essa causa, o Governo Federal baixou uma lei, acreditem se quiserem, uma lei, Vereador, que vem resolver definitivamente o problema desta comunidade (PALMAS)... E não é promessa, é lei.

Será que neste País iremos fazer, Deputado Wilson Santos, cumprir a lei? Se depender da união deste pessoal aqui, bonito pelo que eu estou vendo, está bem mais bonito, não sei como, com este solão, ficaram mais bonitos, mas estão mais bonitos. Mas, se depender da nossa união, Edileuza, dando força para a Raquel, para a Edileuza, que vai todo dia naquela Assembleia

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER A REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA URBANA DO ASSENTAMENTO FONTE DE LUZ E LOCALIDADES
CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 15H, NO
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE.

Legislativa, tem dia eu olho para ela e falo: você está mais feia hoje... (RISOS)... porque ela não cansa.

Mas, o Deputado Wilson Santos foi meu professor, um homem que sempre pautou a sua vida carregada de lutas para a coletividade, ele foi o primeiro a dar o pontapé e fazer uma Indicação para o Governador Pedro Taques (PALMAS)... “Governador, a população de Rosário Oeste, a sua terra natal precisa urgentemente de socorro, precisa de regularização fundiária, Governador.”.

A Edileuza foi a primeira a correr, ela não acreditou, “eu quero a cópia!”. Não foi, Edileuza? Porque tudo dela tem que escrever, assinar, cancelar. Senão, para ela, não serve.

E o Deputado Wilson Santos encaminhou, por meio da Assembleia Legislativa, essa Indicação para que aplique, Dr^a Tatiana, o REURB. O que é REURB, que ela falou aqui? É tão chique o nome, regularização fundiária. O que é que o Governo Federal, por essa lei, falou, gente? Que assentamentos como este, que é próximo à zona urbana, tem direito, já está consolidado a permanecerem aqui.

Por que é que nós temos que tirar, Vereador, área de particular? Não deu... O Governo Municipal não deu a terra para farinheira, para particular? Por que é que não pode dar para quem está aqui? (PALMAS)

Eu não estou brincando, eu não estou fazendo campanha, eu não estou nada. Quando eu entro em uma coisa que eu acredito, Deputado Wilson Santos, como técnica, Dr^a Tatiana, eu vou até o fim. E, se vocês apoiarem essa luta, essa Indicação do Deputado Wilson Santos, vamos ao Governador Pedro Taques pedir urgentemente isso! (PALMAS)

Dr^a Tatiana é advogada e tem despontado com essa nova lei, tem feito palestra no Estado inteiro, eu a convido a olhar um pouco para o lado social, Edileuza, vamos começar a fazer requerimento e fazer fila na Prefeitura Municipal de Rosário Oeste! (PALMAS)

Vamos fazer, Deputado, com apoio da Casa Legislativa, com o seu apoio, Deputado Wilson Santos, esse cadastro que é tão importante. Não é isso, Dr^a Tatiana? Esse requerimento pode ser feito em um convênio, Dr^a Tatiana, com a Assembleia Legislativa, em uma parceria Municípios e Assembleia Legislativa para começar esse projeto?

A SR^a TATIANA MONTEIRO COSTA E SILVA – A lei possibilitou, agora, vários legitimados, ampliou o rol do que existia em 2009. Esse requerimento desses legitimados... Podem ser os ocupantes individualmente ou coletivamente, pode ser a Defensoria Pública, pode ser o Ministério Público, pode ser a União... O próprio Município já identificar e começar o processo, as associações. A lei ampliou bastante esse rol de legitimados a requerer a REURB.

A SR^a FERNANDA LÚCIA OLIVEIRA DE AMORIM – Entendeu, Edileuza?

Então, amanhã vamos fazer o cadastramento de todo mundo. Vamos entrar com esse requerimento já. (PALMAS) Sem dormir!

Deputado Wilson Santos, essa luta precisa do apoio de Vossa Excelência.

Precisa, Bosco, do apoio de homens públicos como você que veio de carreira, que é do INCRA.

Vamos viabilizar, Vereador, se é possível pela Câmara também, auxiliar o Poder Executivo Municipal, porque eu sei que não é fácil para um Município pobre como Rosário Oeste, de pouca renda, mas vamos buscar parcerias, vamos dar o pontapé, vamos fazer de Rosário Oeste um modelo por meio do Assentamento Fonte de Luz. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER A REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA URBANA DO ASSENTAMENTO FONTE DE LUZ E LOCALIDADES
CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 15H, NO
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS – FALA FORA DO MICROFONE.) –
O primeiro do Estado.

A SR^a FERNANDA LÚCIA OLIVEIRA DE AMORIM – Isso, Deputado, o
primeiro do Estado.

Japonês, cadê os fogos deste acampamento, Japonês? Cadê o grito? Cadê o grito
de ordem?

(A PLATEIA EXECUTA O GRITO DE ORDEM – PALMAS.)

A SR^a FERNANDA LÚCIA OLIVEIRA DE AMORIM – Obrigada!

Por fim, Deputado, eu convido a Edileuza e a Associação...

Vamos começar, Edileuza, sem blá-blá-blá, sem mimimi. Você me conhece! Para
esse cadastramento, ela marcará o dia e a hora.

Deputado, eu peço que Vossa Excelência defira que a Frente Parlamentar venha
auxiliar nesse cadastramento. Vamos dar abertura e o pontapé.

Posso contar com vocês?

(A PLATEIA RESPONDE: “PODE!”.)

A SR^a FERNANDA LÚCIA OLIVEIRA DE AMORIM – Vamos começar essa
luta juntos?

Obrigada e um abraço! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Respondendo a provocação da Dr^a
Fernanda, quero dizer que vamos cobrar, sim, que a Assembleia Legislativa apoie todo o
cadastramento do início até a entrega do título definitivo para todos vocês. (PALMAS)

Convido para usar da palavra o Presidente do INCRA no Estado de Mato Grosso,
Dr. João Bosco.

Cadê a salva de palmas para o Presidente do INCRA? (PALMAS)

O SR. JOÃO BOSCO DE MORAES – Mais uma vez, quero agradecer a Deus por
esta oportunidade bem colocada aqui pela Pastora.

A oração foi linda, provocante, mexe com a gente.

Quero parabenizar a Assembleia Legislativa na pessoa do Deputado Wilson
Santos, que solicitou esta Audiência Pública. São Audiências Públicas inéditas. É como ele colocou
aqui da música do Milton Nascimento, de estar indo onde o povo está. Ele está indo ao
acampamento. Poderia ser na Câmara, poderia ser em outro lugar, mas marcou a Audiência Pública
no acampamento.

Cumprimento os componentes da mesa, a Dr^a Fernanda.

Eu tenho grandes amigos aqui na mesa.

O Deputado Wilson Santos, eu não sei se ele foi bom professor, se ele foi feliz ou
infeliz, porque eu também fui aluno dele. O que ele tem de aluno por aí que é advogado, chefe, até
desembargador.

O senhor está meio velhinho, hein, Deputado! Falou que eu estava barrigudinho e
tal. (RISOS)

Ele foi professor de tanta gente, Dr^a Fernanda!

O senhor foi meu professor no cursinho, sem querer fazer propaganda, no antigo
Anglo.

Mais uma vez, boa tarde a todos!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER A REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA URBANA DO ASSENTAMENTO FONTE DE LUZ E LOCALIDADES
CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 15H, NO
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE.

Eu estou muito à vontade de estar aqui com vocês, porque temos acompanhado este acampamento desde o seu início até este exato momento.

Em outras audiências, em outros compromissos, nós fizemos questão de estar aqui, Deputado Wilson Santos, para debater e discutir com vocês as soluções.

Eu quero colocar, também...

Primeiramente, vamos falar em um linguajar que vocês daqui do acampamento entendam.

A primeira briga de vocês do Assentamento Fonte de Luz... Já passaram vários movimentos por aqui. Eu não vou citar, mas foram vários movimentos e a Edileuza sempre esteve à frente. Várias siglas passaram por aqui e a Edileuza, essa guerreira, batalhando por vocês, por todo o acampamento. (PALMAS)

No primeiro momento...

Inclusive, agora, ela reforçou e trouxe a colega lá de Brasília. Veio lá de Brasília. Está aqui, em Mato Grosso.

Cumprimento o Jeovah, meu amigo do INTERMAT, que está aqui presente.

Eu lembro bem que a briga de vocês... No primeiro momento, vocês não estavam aqui e ficou acordado com as instituições municipal, estadual e federal, inclusive o INCRA, que vocês ficariam provisoriamente, eu só quero lembrar, provisoriamente, até que arrumassem outra alternativa, uma outra área para que vocês pudessem trabalhar e criar suas famílias, porque esta área é da EMPAER, é do Estado de Mato Grosso, da EMPAER.

Inclusive, houve pedido de reintegração de posse – daí o porquê do acordo – para que vocês saíssem da área, mas nós, em conjunto com outros órgãos, Defensoria Pública, a própria Assembleia Legislativa, me lembro do Deputado, também, lá no Governador, o INCRA Nacional, a Ouvidoria Nacional, discutimos uma alternativa.

O que eles queriam aqui, Deputado...

Na verdade, aqui 230 hectares, se não me engano, são do Governo do Estado, da EMPAER, mas houve essa discussão: “Não, essa é uma área de pesquisa” e eles queriam avançar e, se fosse o caso, que passasse uma parte para eles.

Paralelamente a isso, como é uma área do Estado e da EMPAER, no primeiro momento não houve esse acordo. E onde o INCRA entrou, também, com sua colaboração, além de ter estado aqui? O INCRA se comprometeu, o INCRA Nacional, o INCRA de Mato Grosso, a fazer vitorias em algumas áreas aqui, no Município, para comprar, para adquirir; porque, na verdade, não são somente 62 famílias.

Na verdade, o acampamento começou, se não me falhe a memória, aproximadamente, com 300 famílias, Deputado, só que aqui não suportava 300 famílias e houve o acordo para que ficassem apenas, 62 famílias – eu, também, participei do começo, 62 famílias –, enquanto nós, enquanto Governo, achássemos uma alternativa para os demais trabalhadores.

Só esta parte não dá para vocês! Não dá para vocês! É aí que veio essa discussão: olha, se foi doada uma área que era para uma empresa, que era para farinha... E, na verdade, não produziu, não deu resultado. Estamos em uma discussão, aqui é uma Audiência Pública, e se deu resultado estamos em uma Audiência Pública, e eu também estou provocando para alguém falar. Estamos aqui dispostos a ouvir também. Mas não deu certo e foi aí que surgiu essa alternativa de...

No primeiro momento era para que...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER A REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA URBANA DO ASSENTAMENTO FONTE DE LUZ E LOCALIDADES
CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 15H, NO
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE.

Eu lembro que na última reunião da qual participei na Casa Civil, o Secretário-Chefe da Casa Civil era o Max, o Deputado Max Russi – provocada, também, pelo Deputado Wilson Santos essa reunião na Casa Civil –, foi dito que viríamos aqui, a EMPAER, o INTERMAT e iríamos, no caso, partilhar parte dessa área e que doasse definitivamente para os trabalhadores, mas nessa quantia pequena que não dá para todo mundo, que não daria para todo mundo.

E estou vendo aqui a indicação do Deputado Wilson Santos, que está de parabéns... Passou já pela Assembleia Legislativa essa Audiência Pública muito oportuna, onde já está essa luz – o acampamento se chama Fonte de Luz –, que está tendo a luz definitiva, já está dizendo que vai sair parte já, e a Assembleia Legislativa foi muito feliz, tem lá uma Procuradora, que é a Dr^a Fernanda, sua equipe já estudou a nova legislação federal, que diz da questão rural e da questão urbana, que foi muito bem detalhada aqui, já uma alternativa para esta área, a parte com relação à regularização. Em vez de outra modalidade, fará como doação, regularização já nessa nova modalidade.

Agora é preciso que realmente, e aqui o Deputado está colocando, seja definitivamente destinada esta área para vocês.

Até esse cadastramento que a Dr^a Fernanda colocou aqui, para fazer esse cadastramento para regularizar tem que estar claro, definido e cristalino que essa área vai ser de vocês, que a EMPAER, essa parte que realmente está matriculada em nome da EMPAER vai ser passada.

Não sei se estou enganado, mas tem que fazer essa parte.

Por outro lado, quero informar para vocês e para a mesa que nós fizemos duas vistorias em dois imóveis aqui em Rosário Oeste, duas que estão dando certo, fizemos até mais de três, teve uma que o senhor não quis, para comprar já, uma o proprietário levou o documento que faltava na semana passada, que é de 1.800 hectares... É isso?

A SR^a EDILEUZA SOUZA SANTOS (FALA FORA DO MICROFONE) – Mil e seiscentos e setenta e dois hectares.

O SR. JOÃO BOSCO DE MORAES – Mil e seiscentos e setenta e dois.

Só como informe, Deputado, para atender as demais famílias que estavam aqui, aqui de Rosário Oeste, o senhor pode observar que não são só 62 famílias, mas essa área já está também avançada, essas duas áreas, mas a coordenação de vocês que está acompanhando sabe como está.

Também dentro dessa nova legislação, aproveito a oportunidade para colocar que em Rosário Oeste nós estamos regularizando, Vereador, 04 assentamentos em cima dessa nova legislação. O que é isso? Entregar o título definitivo.

Eu estava vendo aqui o pessoal do P. A. Forquilha do Manso; P. A. Raizama; P. A. Maria Benvinda e o P. A. Boa Esperança, apenas como informe, essas áreas também estão sendo regularizadas e, como estamos aqui no Município de Rosário Oeste, temos que falar, está aqui Vereadores, Líder do Prefeito e o Deputado...

O SR. MUNIR ARFOX – Raizama...?

O SR. JOÃO BOSCO DE MORAES – Raizama; Forquilha, do Manso; Santa Helena e Boa Esperança.

Se tiver oportunidade, faça uma visita a esses assentamentos. São todos pertinhos, Deputado...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER A REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA URBANA DO ASSENTAMENTO FONTE DE LUZ E LOCALIDADES
CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 15H, NO
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE.

(O SR. PRESIDENTE DEPUTADO WILSON SANTOS FALA COM O ORADOR FORA DO
MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. JOÃO BOSCO DE MORAES – ...do começo, daquela época.

O Jerônimo. O Jerônimo Sem Terra, de Rondonópolis; a Dona Verônica do
Sindicato, falecida...

(O SR. PRESIDENTE DEPUTADO WILSON SANTOS FALA COM O ORADOR FORA DO
MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. JOÃO BOSCO DE MORAES – ...exatamente.

Mas, enfim, fechando aqui este primeiro momento, como informe, estou à
disposição para contribuir, Deputado, com Assembleia Legislativa, com o senhor, com o INCRA,
Edileuza, no que for preciso, nisso.

Estamos juntos. Estamos juntos. OK?

Uma boa tarde. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Essa é a vida.

O Bosco falou que foi nosso aluno e é verdade.

Eu tive, na verdade, 42 mil alunos!

Como diz Raul Seixas: “Eu nasci há 10 mil anos atrás.” (RISOS)

Essas fazendas que ele disse: Raizama, Santa Helena, Forquilha, do Rio Manso, e
Boa Esperança, só não me lembro bem de Boa Esperança; mas, nas outras 03, eu estava lá no
processo de ocupação com o Jerônimo Sem Terra, que eu trouxe de Rondonópolis para nos ajudar
aqui; a saudosa companheira Verônica, o Miguel da FETAGRI e companhia limitada.

A Fazenda Santa Helena, para as nossas amigas Irene, Cristiane e Ana, é de
propriedade do amigo Waldebran Moraes Coelho. Essa fazenda era dele – está na minha campanha o
dia inteiro batendo perna. Participamos dessa desapropriação.

Acho que a outra era do Sr. Tufik Affi, Pedro Tufik Affi, já faleceu também.

Eu quero dizer, gente, que aqui não está nenhum paraquedista, não. Estamos aqui
há décadas, há muitos anos na luta pela terra, na luta pelos pequenos.

Vamos ouvir agora o Vereador de Rosário Oeste, Paulo Augusto. (PALMAS)

O SR. PAULO AUGUSTO GOMES DE SOUZA – Quero cumprimentar a
Edileuza; a Raquel; a nossa Pastora; o Superintendente do INCRA de Mato Grosso, João Bosco; o
Dr. Munir, Defensor Público do Núcleo de Regularização Fundiária do Estado de Mato Grosso; a
Dr^a Fernanda; a Dr^a Tatiana; o Maxmar, Chefe de Gabinete aqui representando o João; e em especial
o Deputado Wilson Santos.

Edileuza, eu quero falar para você, para todos que estão aqui, um ditado: “Água
mole em pedra dura, tanto bate até que fura.”

Essas orações da Pastora, essa confiança sua, Edileuza, desse povo que acreditou
no seu trabalho, está resultando em uma glória.

Muitos me perguntaram em 2016: “Paulo, será que vai dar certo aquele
assentamento?”

Eu respondia e respondi para muitos: eu não vejo legalidade. Eu não vejo
legalidade, porque estou saindo agora da Superintendência do Crédito Fundiário em Cuiabá, como
Superintendente, na qual nos reunimos muitas vezes com Bosco e com o Dr. Munir nessa luta pela
terra, e eu só via duas formas, ou o INCRA comprava a fazenda, como estão aqui vistoriando para

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER A REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA URBANA DO ASSENTAMENTO FONTE DE LUZ E LOCALIDADES
CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 15H, NO
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE.

comprar e doar para o povo, ou o Crédito Fundiário reúne aquele grupo, escolhe a fazenda e o próprio proprietário, o próprio parceleiro, juntando com o grupo, comprava a fazenda.

O que fizeram de algum modo em nosso Estado, Deputado Wilson Santos, foi uma tremenda sacanagem com os pequenos, porque usaram de má-fé.

Hoje, muitos que participaram do Banco da Terra, muitos que participaram do Crédito Fundiário, em Rosário Oeste, estão com dificuldades.

Graças a Deus foi lançada ultimamente aquela quitação àquelas pessoas que estão com débitos, estão afundados até o pescoço, porque a liderança não é uma liderança igual a da Edileuza, que se preocupa com o companheiro. (PALMAS)

Muitas vezes, a liderança era uma liderança falsa, era uma liderança que procurava uma fazenda, que queria agradar o fazendeiro, porque a fazenda não tinha qualidade e depois que o assentado já estava lá com sua escritura no banco, não tinha condições nem de criar lagarto, porque a terra não dava condições.

Isso foi feito aqui em Rosário Oeste e muitos assentamentos do Banco da Terra e do Crédito Fundiário estão abandonados.

E vocês aqui estão nessa luta pela terra.

Mas vejo hoje com essa Lei da REURB, Lei 13.465, de 2017, uma luz no fundo do túnel.

Vejo mais, Edileuza, vejo aqui o respaldo e o apoio de um Deputado, que, como ele disse, não é paraquedista, entende do ramo, porque o Deputado Wilson Santos esteve no assentamento, lá no começo, na Forquilha, do Rio Manso.

Eu estive com ele, em 1994, na Raizama, em Santa Helena, nas primeiras ocupações. Então, é quem tem conhecimento, como o Bosco mesmo disse.

Então, quero dizer para cada rosariense, para cada pessoa que não é de Rosário Oeste, mas pretende usar Rosário Oeste como sua terra natal, quer vir para cá ter o seu pedaço de chão: que sejam todos bem-vindos! (PALMAS) Sejam todos bem-vindos! Quero colocar aqui o apoio da Câmara Municipal.

Aqui precisamos de orçamento, Maxmar! Que se coloque orçamento, despesa, para a criação desse assentamento.

Agora, eu digo para vocês: tenham certeza, porque a glória chegou! (PALMAS) Existe uma lei! Só precisamos da regularização. Dependerá da Prefeitura, dependerá da Câmara, mas o caminho é o caminho correto. E o mais correto, ainda, que irei repetir novamente, é que vocês têm o apoio de um Deputado. Esta Audiência Pública poderia ser lá no ar-condicionado, mas ele fez questão de trazer para cá, ver *in loco* cada um e cada uma, sentir a necessidade de cada companheiro.

Fala-se em 62, mas a Edileuza já me falou em 82 lotes de 50 por 50. Rosário Oeste agradece muito a vocês, porque vocês que estão pleiteando essa pequena propriedade têm a intenção de criar, multiplicar, cuidar de suas famílias e fomentar a agricultura familiar. Isso que é importante.

Eu quero me colocar à disposição, Edileuza! Estive, hoje, com a Raquel, com o Manezinho, que é um amigo nosso, furador de poço artesiano, que é de Cuiabá, mas que está no movimento com a Raquel. E ela falou da festa do dia 09 e dia 10 ou do dia 10 e 11 de novembro. Eu falei do nosso apoio e do nosso respaldo, independente de eleição. A eleição acaba, agora, dia 07, mas o compromisso ficará.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER A REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA URBANA DO ASSENTAMENTO FONTE DE LUZ E LOCALIDADES
CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 15H, NO
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE.

Vamos fazer, Raquel, vamos buscar, porque vocês querem mostrar o que vocês trouxeram aqui, a produção: o melão, a melancia, o frango. É isso que o pequeno quer! É disso que Rosário Oeste precisa.

Meus parabéns!

Parabéns, Deputado Wilson Santos!

Parabéns, Edileuza, por essa luta incansável sua!

Parabéns ao povo rosariense! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Convido, agora, para usar da palavra, o Dr. Munir Arfox.

O Dr. Munir é Defensor Público concursado, efetivo do Estado, e hoje a Defensoria Pública do Estado criou um setor para cuidar das regularizações fundiárias do Estado. Uma novidade sensacional, uma coisa maravilhosa.

Hoje, qualquer assentado pode recorrer à Defensoria Pública do Estado, que tem um setor, tem defensores especialistas para orientar vocês, para dar apoio quando o assunto é titulação, regularização fundiária.

Com muito prazer, eu convido para falar – ele, também, esteve conosco na Agrovila das Palmeiras – o Dr. Munir Arfox, que é irmão de um grande amigo meu, Dr. Ali, dono da Maria Fumaça, Paçoca no Pilão, homem que trouxe o sanduíche, x-bagunça para Cuiabá.

Dr. Munir, por favor! (PALMAS)

O SR. MUNIR ARFOX – Boa tarde a todos!

Eu sei que não é fácil ficar sentado por algumas horas aguardando a realização da Audiência Pública.

Cumprimento os componentes da mesa na pessoa do Deputado Wilson Santos, que já conheço há algum tempo.

Eu quero dizer para vocês que foi com muita satisfação que dei início aos trabalhos da Defensoria Pública em Rosário Oeste. Fui eu quem instalou a Defensoria Pública aqui, em Rosário Oeste. Isso foi de 2004 para 2005. Fui o primeiro defensor público de Rosário Oeste, com muita satisfação.

Hoje, eu trabalho no Núcleo de Regularização Fundiária da Defensoria Pública e temos atuação em todo o Estado de Mato Grosso. A Dr^a Tatiana já falou tudo, praticamente, do que poderia ser dito a respeito da regularização fundiária por meio da Lei 13.465/2017. Realmente, essa lei trouxe imensas esperanças para quem ocupa um pedaço de terra, como é o caso de vocês.

Dá gosto ver quando encontramos um assentamento como este aqui, produtivo. Isso nós dá uma imensa satisfação, porque vemos que o pessoal está trabalhando, efetivamente, no desenvolvimento da terra.

E isso é importante para a análise da regularização fundiária do local, da área; porque, se a pessoa que ocupa a área não desenvolver uma atividade produtiva, não conseguirá regularizar a área. E vocês, não! Vocês estão no caminho certo! É lógico que a regularização tem seus caminhos para serem percorridos e um deles vocês já percorreram, que é a ocupação de uma forma efetiva.

Uma coisa que tem que ser lembrada, Deputado, que há a extrema necessidade da topografia da área para ela ser regularizada. Sem a topografia não há como regularizar, porque medirá lote a lote de cada um dos ocupantes, tanto individual como do perímetro todo da área. Tem que ser! Há uma necessidade, uma obrigação nisso aí. Isso tem que ser desenvolvido!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER A REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA URBANA DO ASSENTAMENTO FONTE DE LUZ E LOCALIDADES
CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 15H, NO
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE.

E o grande problema que a Defensoria Pública enfrenta, hoje, na regularização de uma área é, justamente, não ter uma equipe técnica dentro da Defensoria Pública para desenvolver esse trabalho. Já solicitamos ao Defensor Público-Geral, inúmeras vezes, a contratação de um técnico na área; mas, infelizmente, até hoje não fomos atendidos.

Quanto ao cadastramento, parece-me que já iniciará quase que de imediato o cadastramento das famílias aqui, mas não podemos nos esquecer da topografia. Tem que ter a topografia para se efetivar a regularização fundiária e o projeto de regularização.

O Município...

A primeira vista, vocês estão enquadrados na REURB-S, REURB de Interesse Social. A primeira vista é essa, mas o próprio Município terá que fazer esse estudo para enquadrar vocês como REURB-S. O que ocorre com essa situação? Vocês receberão graciosamente a terra desde que vocês sejam enquadrados na REURB-S e aí todas as demais despesas em cartório, também, serão isentas. Não terão despesa nenhuma! (PALMAS)

O que eu posso dizer para vocês é que coloco a Defensoria Pública à inteira disposição de vocês. Se alguém quiser anotar um telefone é: 3613-8386. É do nosso Núcleo. Vocês podem entrar em contato. Temos uma equipe reduzida que atua em todo Estado, mas fazemos, na medida do possível, para atender as diversas comunidades que temos atendido.

Eu me coloco à disposição de vocês no que for necessário, qualquer orientação, o que necessitar, nós estamos à disposição de vocês.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – O Dr. Munir falou aqui, e eu não vi nenhuma animação de vocês. Vocês não perceberam o que ele falou?... Como aqui vai ser enquadrado no REURB-S, no REURB Social, na regularização social, porque todas as famílias aqui se enquadram em baixa renda, a terra será gratuita e a papelada também. Tudo de graça. (PALMAS)

O que é isso, eu estou achando que vocês queriam pagar! (RISOS)... Se quiserem pagar, eu vou receber 10 mil por lote! (RISOS)... Pode passar já o dinheiro, vai me pagar na bocaiuva. Cada um aqui vai ter que dar um quilo de bocaiuva por mês para o Deputado Wilson Santos. (RISOS)

Vamos continuar ouvindo aqui, eu passo a palavra para o Jeovah Feliciano de Souza, que falará em nome do INTERMAT, é o dono da terra, Instituto de Terra de Mato Grosso, INTERMAT, Dr. Jeovah, representando o Presidente do INTERMAT, Dr. Demilson Nogueira Moreira.

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA – Muito boa tarde a todos e todas!

É um prazer muito grande estar com vocês aqui.

Deputado Wilson Santos, muito obrigado pelo convite, pela oportunidade de poder vir até aqui e trazer as preocupações do INTERMAT e estamos falando em nome do Presidente Demilson Nogueira.

O meu nome é Jeovah, sou Diretor de Regularização Fundiária e Assentamento do INTERMAT há cerca de 02 anos.

Quero dizer para os senhores que esse Governo que está aí, do Governador Pedro Taques, é o Governo da regularização fundiária dos pequenos produtores.

Eu sou servidor de carreira do INTERMAT, conheço toda a problemática que lá tem. E o INTERMAT, até o início do Governo Pedro Taques, era um balcão que atendia os médios e os grandes produtores. Nada contra os médios, nada contra os grandes, eu gostaria muito que os

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER A REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA URBANA DO ASSENTAMENTO FONTE DE LUZ E LOCALIDADES
CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 15H, NO
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE.

senhores fossem assentados imediatamente e amanhã ou depois se tornassem grandes, ricos e pudessem inclusive sair da cadeia de proteção social e andassem com suas próprias pernas, porque esse é o nosso objetivo.

A riqueza é abençoada por Deus, portanto, não temos nada contra os ricos, Deputado, e nem contra os médios, mas é para os pequenos que este Governador tem trabalhado na regularização fundiária. (PALMAS)

Quando começamos o trabalho no INTERMAT, há menos de 02 anos, tínhamos 120 assentamentos na modalidade já formal, conseguimos capitanear outras 12 glebas, estamos regularizando nos moldes da reforma agrária também, ou seja, na modalidade assentamento. Portanto, hoje, temos 132 assentamentos geridos pelo Governo do Estado por meio do INTERMAT, num total de aproximadamente 15 mil famílias, nos quais, Deputado Wilson Santos, 22 assentamentos formais estão localizados aqui no Município de Rosário Oeste.

Como o senhor disse, a Forquilha, lá realmente é um assentamento do Estado de Mato Grosso gerido pelo INTERMAT, são aproximadamente 02 mil famílias em 22 assentamentos no Município de Rosário Oeste, num total, gente, de nada menos do que 80 mil hectares, que são terras do Estado de Mato Grosso, estão ocupadas por cerca de 02 mil famílias da agricultura familiar no Município de Rosário Oeste. Nós estamos regularizando, titulando, cerca de 40 assentamentos no Estado de Mato Grosso.

Ontem mesmo acabamos de chegar de Colniza, onde fomos agradecer os assentados do Assentamento Primeiro de Maio, que fica nas proximidades onde houve aquela triste chacina e o Governador do Estado, há um ano esteve presente, se comprometeu e disse: “Olha, Colniza é prioridade número um no meu Governo”, e está cumprindo. Anteontem, estivemos em Colniza entregando já os primeiros 60 títulos e vamos concluir todos até o final do ano, porque é prioridade. (PALMAS)

O Município de Rosário Oeste ainda não começou a regularização fundiária, por quê? Essa regularização que estamos fazendo... Os parceiros estão entrando com as custas da produção das peças técnicas, isso gera um certo custo para os assentados. Entretanto, o Governo do Estado, de forma muito inteligente, celebrou um convênio com o BNDES e está recebendo 70 milhões para investir na regularização fundiária na Amazônia Legal.

O Bosco sabe disso, assinamos esse convênio, são os assentamentos do INCRA do Estado de Mato Grosso, dos quais são 78 do INTERMAT em cerca de 42 Municípios na Amazônia Legal. E, por eu ser nobrense, ser vizinho de vocês, nós trabalhamos muito e conseguimos encaixar o Município de Rosário Oeste dentro da regularização fundiária via BNDES, Amazônia Legal. (PALMAS)

Portanto, Rosário Oeste está... Quando eu disse por ser nobrense, é uma brincadeira, o fato é que pelo maior número de assentamento que existe em Rosário Oeste, nós conseguimos colocar um Município da Baixada Cuiabana junto a esse Programa, exatamente o Município de Rosário Oeste.

O Prefeito de Rosário Oeste já assinou conosco o termo de acordo para que, então, possa ser dada partida nessa regularização. Nós estamos aguardando tão somente a “burocracia” do BNDES com o GDR, que é Gabinete de Desenvolvimento Regional do Estado de Mato Grosso, para que, então, comece a fazer as licitações, as contratações dos engenheiros que irão medir, irão parcelar esses solos, aonde tem os assentamentos, para que, então, possa dar os títulos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER A REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA URBANA DO ASSENTAMENTO FONTE DE LUZ E LOCALIDADES
CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 15H, NO
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE.

Por isso que Rosário Oeste, hoje, não está sendo agraciado, não está sendo beneficiado com o nosso trabalho, porque os senhores receberão, aqueles que fazem parte do assentamento, esse trabalho gratuitamente, basta que aguardem o programa do BNDES, que já está em curso.

Voltando ao caso específico de outros Municípios, Acorizal, Jangada, toda a Baixada Cuiabana, Diamantino, Alto Paraguai, Barra do Bugres, este Governo do Estado de Mato Grosso, do Governador Pedro Taques, tem dado uma prioridade absoluta para regularizar os assentamentos. Nós temos assentamentos de 40 anos, que é o caso do Município de Guiratinga, em que as pessoas estão aguardando por título, e até hoje nenhum Governo anterior teve a coragem de enfrentar esse problema e titular, porque não tinha tempo, porque estava atendendo os maiores... Nós recebemos a incumbência, prioridade número um, de atender os pequenos.

O INTERMAT, hoje, tem 80% de sua força de trabalho destinadas à regularização fundiária dos pequenos e, urbana. (PALMAS)

Voltando especificamente ao Município de Rosário Oeste outra vez, Deputado Wilson Santos, temos essa opção por meio da REURB, que é muito bem-vindo, parabéns pela iniciativa, mas nós temos uma outra opção que o senhor pode também tentar por ela... E inclusive eu acho que vocês não devem pleitear apenas esses 15 hectares, porque eu acho que poderia ser os 80 hectares.

Nós temos o rio que está dividindo aqui, do outro lado atende muito bem a EMPAER para sua pesquisa. Acho que a pesquisa é preciso e vai atender, inclusive, vocês também. A pesquisa vai atender 15 mil famílias no Estado todo, mas esses 80 hectares poderiam perfeitamente ser passados para o Assentamento Fonte de Luz e fazerem a regularização. (PALMAS)

Para isso, Deputado, além da opção de REURB, o senhor poderia indicar na Assembleia Legislativa um projeto de lei doando 80 hectares da matrícula da EMPAER para o INTERMAT. É muito simples: passou, 14, 13 Deputados votaram a favor, e, automaticamente, o gestor, que é o Governador do Estado, determinará que a EMPAER transfira esse patrimônio para o Governo do Estado ou para o INTERMAT – seria mais prático para o INTERMAT –, então faríamos a regularização das famílias que temos aqui não apenas nos 15 hectares, mas sim nos 80, porque o nosso objetivo não é fazer assentamentos tão pequenos, de áreas tão mínimas, porque o trabalho...

O Governo investe. O Governo não pode, simplesmente, fazer um assentamento, regularizar, dar o título para os senhores, virar as costas e ir embora. A própria EMPAER, que, hoje, é dona do terreno, tem que cuidar dos senhores depois do título. Ela tem que trazer a sua própria pesquisa, trazer extensão rural, trazer os projetos de crédito. O Banco do Brasil tem que amparar os senhores com créditos do dinheiro da reforma agrária que são juros altamente subsidiados.

Os senhores têm direito a isso. Eu acho só que deveria ser um pouquinho maior essa área, porque temos a experiência que áreas muito pequenas não são todos os produtores que conseguem sobreviver delas. É claro que temos produtores que, realmente, são ímpares. (PALMAS) Esse produtor consegue... Às vezes, com 1.000 m², ele faz um tanque de peixe, consegue sobreviver e formar um filho em Medicina. Mas temos aquele outro que é menos dotado, às vezes, de esforço, de alguma coisa, que depende de uma área um pouco maior. Então, seria justo que cada família recebesse um pouco mais, talvez 01 hectare, 1,5 hectare e até 02 hectares.

Então, a nossa sugestão, do INTERMAT, é que o Deputado Wilson Santos apresente na Assembleia Legislativa um Projeto de Lei que possa ser votado. Tenho certeza que o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER A REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA URBANA DO ASSENTAMENTO FONTE DE LUZ E LOCALIDADES
CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 15H, NO
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE.

Governador Pedro Taques não irá glosar esse projeto, não irá deixar de sancionar um Projeto de Lei aprovado pela Assembleia Legislativa para que sejam doados 80 hectares para esse assentamento. (PALMAS) Tenho certeza absoluta, porque esse Governador é sensível ao pequeno produtor e nunca virou as costas para os senhores. Muito pelo contrário! Ele sempre esteve na frente enfrentando os problemas e nos disse: “Olha, o pequeno tem prioridade. Trabalhem para o pequeno.”

Esta é a nossa mensagem para que a Assembleia Legislativa, por iniciativa tão brilhante, também, possa analisar, como estamos em uma Audiência Pública, em um debate, essa possibilidade de, por meio de um Projeto de Lei, devolver para o Estado de Mato Grosso, tirando da EMPAER e passando para o Estado, via INTERMAT, e nós, então, faríamos essa regularização via INTERMAT.

O INTERMAT está lá à disposição dos senhores. O INTERMAT não precisa de intermediário. Ele recebe todos os senhores, a nossa diretoria de assentamento. O Presidente Demilson está lá ao inteiro dispor dos senhores.

Às vezes discutimos, debatemos, é um pouco para lá, um pouco para cá, mas o INTERMAT existe para atender os senhores. Estamos lá à disposição dos senhores.

Nosso muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado, Dr. Jeovah, que neste ato falou em nome do INTERMAT.

Convido o Sr. Maxmar César Souza, Secretário de Governo, neste ato representando o Prefeito João Balbino, para fazer uso da palavra.

O SR. MAXMAR CÉZAR SOUZA – Boa tarde a todos e a todas!

Em nome do Vereador Paulo Augusto; do Superintendente do INCRA, João Bosco; do Deputado Estadual Wilson Santos, quero cumprimentar a mesa, o dispositivo de honra; e em nome da Edileuza, da Raquel e do Prefeito João Balbino, que eu represento, cumprimento todos vocês aqui presentes.

Quero dizer da importância desta Audiência Pública e da importância de estar presente aqui, também.

Eu quero justificar a ausência do Prefeito João Balbino, que tinha um compromisso já agendado, marcado há vários dias, na comunidade da Forquilha, e não poderia deixar de estar lá também, mas designou-me e convocou-me a estar presente nesta Audiência Pública e falar em seu nome.

Quero falar em nome dele, dizer que a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste apoia o movimento como sempre apoiou vocês, sempre esteve presente com vocês e de portas abertas como várias vezes, Edileuza, você e a Raquel, como todos vocês foram à Prefeitura reivindicar, pedir o apoio.

Eu quero salientar e dizer, Deputado, a importância desse Projeto de Lei que aqui estão falando, esclarecendo; a importância da Audiência Pública dentro do acampamento, nesse corpo a corpo, trazendo a Assembleia Legislativa para apresentar para você o apoio dela e, também, do INCRA e trazer a solução para resolver o problema de vocês.

Dizer que a Prefeitura apoia vocês. Ela está com vocês, com a Assembleia Legislativa, fazendo forças juntamente com o INCRA, também, para resolver definitivamente o problema da regularização fundiária aqui, em Rosário Oeste, em especial, do Acampamento Fonte de Luz para que com vocês esse sonho se realize o mais rápido possível.

Não é verdade?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER A REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA URBANA DO ASSENTAMENTO FONTE DE LUZ E LOCALIDADES
CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 15H, NO
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE.

Muito bem! (PALMAS)

Quero cumprimentá-los e dizer que apoiamos vocês, estamos junto com vocês, o Prefeito João Balbino deixa um abraço.

O que for preciso, Edileuza, para o cadastro, para acompanhar vocês, estaremos prontos lá na Secretaria de Agricultura apoiando. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado ao representante do Prefeito.

Convido, agora, a Sr^a Raquel Lima, Diretora Nacional da Ação Nacional Unificada, para fazer uso da palavra.

A SR^a RAQUEL CAMPOS DE LIMA – Boa tarde a todos!

Meu Deputado, eu quero agradecer a sua iniciativa; agradecer a presença do INTERMAT; do Vereador Paulo; do Sr. Munir, muitíssimo obrigada; do representante do nosso Prefeito João Balbino; a nossa companheira Edileuza por sua luta que está incessantemente buscando solução; a Dr^a Fernanda, que é de suma importância, que foi uma pessoa que abraçou a causa de vocês e temos que valorizar aqueles que nos abraçam; e agradecer imensamente cada um dos filiados que estão aqui presentes. É como costume dizer: sem a presença de vocês, não há luta; sem movimento, não há liberdade.

Na Audiência Pública anterior, eu acho que foi possível, Deputado, explanar muitíssimo bem o quanto essas famílias são capazes de sobreviver com o seu quintal produtivo. O exemplo disso é o que temos exposto aqui na mesa; o exemplo disso é, hoje, termos a honra de fazer uma Audiência Pública dentro do nosso próprio quintal produtivo. Então, não há a necessidade de explanarmos novamente aquilo que somos capazes e que provamos para vocês.

Mas quero lembrar, pessoal, que a primeira luta quem conquistou foram vocês que vieram aqui para dentro, acreditaram na sua liderança e plantaram. Sempre batemos nessa tecla: a necessidade de vocês estarem com o movimento; a necessidade de mostrar que vocês são do campo e da cidade. É por isso que estamos lutando.

Então, a primeira salva de palmas é para vocês! (PALMAS)

Em segundo, eu vejo que o debate aqui hoje, realmente, está muito proveitoso.

Eu acredito que a solução já surgiu, Deputado, e mais uma vez parableno pela sua iniciativa, de forma que trouxe a esta mesa o nosso querido Superintendente, que é uma honra para nós estar presente, Bosco, agradeço muito a sua presença, está aqui também o nosso companheiro do INTERMAT, e nós temos soluções aqui, seja por parte do INCRA, seja por parte do INTERMAT e seja pela proposta do Deputado Wilson Santos, que é o REURB.

Apesar da boa vontade, muitas dúvidas existem, e aí eu gostaria de puxar com a Dr^a Tatiana, porque em sua palestra, junto com a do nosso companheiro Jeovah, algumas dúvidas surgiram.

Dr^a Tatiana, eu gostaria de entender o seguinte: qual o tamanho da área para a regularização do REURB? Porque dentro do tamanho dessa área existe a dúvida, se nós podemos regularizar 50x50 ou se essa área tem que ser menor, se ela tem que ser maior? Para que possamos ter esse entendimento de como funciona.

A SR^a TATIANA MONTEIRO COSTA E SILVA – Posso responder?

A SR^a RAQUEL CAMPOS DE LIMA – Sim!

A SR^a TATIANA MONTEIRO COSTA E SILVA – A lei federal está muito aberta, ela é muito subjetiva, só que ela estabeleceu que, neste Assentamento, é possível mesmo que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER A REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA URBANA DO ASSENTAMENTO FONTE DE LUZ E LOCALIDADES
CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 15H, NO
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE.

não obedeça a fração mínima, que hoje seria de parcelamento. Se não respeita o módulo, é uma ocupação, vamos supor, de 1.500 metros quadrados, 02 mil metros quadrados em área rural – estou fazendo em metro quadrado, porque eu tenho mais essa leitura –, sendo que deveria ser 05 mil metros quadrados, regulariza os 02 mil metros quadrados, os 03 mil metros quadrados.

Agora, talvez na elaboração do projeto urbanístico pelo arquiteto, pela equipe multidisciplinar... Porque toda essa leitura e essa sensibilidade quem tem que ter é quem está elaborando o projeto. A lei não trouxe parâmetros, porque é uma lei nacional, política nacional de regularização fundiária.

Talvez o Estado implemente e estabeleça em seu território estadual uma política estadual de regularização fundiária com os parâmetros já definindo algumas situações, Deputado, e cada Município, com base no seu interesse local, nos termos do artigo 30, também territorialmente, localmente, estabelecer parâmetros de ocupação para fins de REURB, mas a lei federal está aberta, a lei federal é subjetiva e não respeitou hoje o que existe de fração mínima ideal para parcelamento rural.

O módulo rural ele tem uma variação de acordo com a localidade do Brasil, enfim, e o representante do INCRA teria melhores condições de explicar esse módulo rural existente. Ele leva vários fatores econômicos e sociais no Município e assim por diante.

Está bem aberta. É uma lei subjetiva. A Lei do REURB é uma lei subjetiva, não é lei objetiva.

Trago também outra situação que está acontecendo muito, Deputado, a difícil aplicabilidade da lei pela questão de entendimento pelos órgãos e entidades que trabalham com regularização fundiária, porque cada entidade está tendo uma interpretação diferente.

Colocarei a situação para os senhores. Os cartórios estão exigindo na hora do registro o licenciamento ambiental das Prefeituras.

A lei não exige mais licenciamento ambiental. A lei exige laudo técnico ambiental elaborado por um responsável técnico com a devida RT, respeitando os critérios do Código Florestal.

Várias leis foram alteradas, o Estatuto da Terra, Código Civil, Processo Civil, Estatuto da Cidade, a Lei do COEM, e assim por diante. O próprio Capítulo, o fragmento que existia a respeito da Minha Casa Minha Vida não existe mais. Agora é REURB. O Minha Casa Minha Vida é política habitacional e financeira.

Acho que as pessoas ainda não conseguiram compreender a profundidade das alterações que ocorreram no ordenamento jurídico.

Essa política nacional trouxe mudanças estruturais em todos os aspectos, em todos os aspectos! Então, os órgãos terão que fazer essa adequação também.

A SR^a FERNANDA LÚCIA OLIVEIRA DE AMORIM – Dr^a Tatiana, eu queria aproveitar a presença da senhora e fazer uma sugestão.

A Assembleia Legislativa, Deputado Wilson Santos, faz parte da Comissão de Regularização Fundiária do Tribunal de Justiça.

Os tabelionatos exigem em razão de um provimento do Tribunal.

Deputado, eu sugiro e proponho para Vossa Excelência que convoque uma reunião e represente a Casa junto ao Tribunal de Justiça para que seja readequada a realidade para que veio essa Lei do REURB, que é para regularizar efetivamente, para fazer as adequações acompanhando a legislação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER A REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA URBANA DO ASSENTAMENTO FONTE DE LUZ E LOCALIDADES
CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 15H, NO
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE.

Então, eu faço esta proposta aqui para Vossa Excelência: para que chame o Tribunal para uma reunião para ele fazer um estudo, e apresentarmos essa proposta por escrito, Dr^a Tatiana, se a senhora puder nos ajudar, para que esse provimento seja modificado. (PALMAS)

O SR. MUNIR ARFOX – Deputado, só dando um exemplo da situação que estamos enfrentando perante os cartórios. Eles pedem certidões civil, criminal, estadual, municipal e federal.

Ora, aqui temos 60 famílias, por exemplo. Seriam 300 certidões que teríamos que providenciar.

Isso inviabiliza, porque não há na lei essa exigência. Já que foi sugerida pela Dr^a Fernanda essa reunião com o TJ, que leve essa situação também ao TJ sobre a aquisição das certidões, porque na lei não está previsto.

Muito obrigado! (PALMAS)

A SR^a TATIANA MONTEIRO COSTA E SILVA – Complementando a fala do Dr. Munir Arfox, todas as situações para baixa renda, o art. 70 da lei trouxe situações de isenções de custas e emolumentos. Então, averbação do imóvel até 70 metros quadrados não têm custas, certidões. Tudo que for de interesse social a lei já determinou no art. 70 e os cartórios vêm exigindo.

A SR^a RAQUEL CAMPOS DE LIMA – Doutora, só para poder ter um entendimento: nesse caso nós teríamos o REURB. No caso seria rural ou urbano?

A SR^a TATIANA MONTEIRO COSTA E SILVA – Seria urbano.

A SR^a RAQUEL CAMPOS DE LIMA – Seria urbano...

(A SR^a TATIANA MONTEIRO COSTA E SILVA FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

A SR^a RAQUEL CAMPOS DE LIMA – Nós estamos em uma área a menos de 05 quilômetros da cidade. Certo? Então, essa seria a minha dúvida: nós nos enquadraríamos no REURB rural ou urbano.

A SR^a TATIANA MONTEIRO COSTA E SILVA – Tem uma questão muito interessante para quem estuda questões urbanas...

(A SR^a RAQUEL CAMPOS DE LIMA FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

A SR^a TATIANA MONTEIRO COSTA E SILVA – ...melhor ainda, porque está dentro do perímetro urbano, mas tem uma ocupação com característica...

A SR^a RAQUEL CAMPOS DE LIMA – Mas não é considerado urbano. É considerado rural.

A SR^a TATIANA MONTEIRO COSTA E SILVA – Não se está dentro do perímetro urbano. É que a ocupação do assentamento aqui tem características rurais, mas este assentamento humano possui elementos, indícios, de uma ocupação urbana. Tem escola, tem as moradias, já tem uma divisão, já tem luz, já tem água.

Então, possui características urbanas, mesmo estando com características rurais. O fator que é importantíssimo é que está no perímetro urbano também...

A SR^a RAQUEL CAMPOS DE LIMA – Certo!

A SR^a TATIANA MONTEIRO COSTA E SILVA – Agora, uma questão que a Lei do REURB trouxe é que a partir do momento que se faz a regularização, as pessoas passam a pagar... As novas unidades imobiliárias passam a pagar IPTU.

A SR^a RAQUEL CAMPOS DE LIMA – Passam a pagar IPTU?

A SR^a TATIANA MONTEIRO COSTA E SILVA – IPTU. Isso!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER A REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA URBANA DO ASSENTAMENTO FONTE DE LUZ E LOCALIDADES
CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 15H, NO
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE.

A SR^a RAQUEL CAMPOS DE LIMA – Mas eles não teriam que pagar pela terra?

A SR^a TATIANA MONTEIRO COSTA E SILVA – Não. Interesse social, pela lei federal, não. Tudo é responsabilidade do Município ou do ente instaurador da REURB.

A SR^a RAQUEL CAMPOS DE LIMA – Isso enquadraria no tamanho do lote de 50x50, o máximo?

A SR^a TATIANA MONTEIRO COSTA E SILVA – Quem tem que ter esse olhar é ou o Município ou o ente instaurador, porque será feito um estudo, um projeto urbanístico e levantamento topográfico. Porque não é, simplesmente, fazer a ocupação das moradias. Este assentamento precisará de equipamentos institucionais. Então, terá que destinar espaço para uma escola, para um posto de lazer, para uma área verde. Esse olhar é de um arquiteto urbanístico. Então, esse estudo multidisciplinar terá que ser realizado.

Eu espero que tenha sido clara.

A SR^a FERNANDA LÚCIA OLIVEIRA DE AMORIM – Sim!

A SR^a TATIANA MONTEIRO COSTA E SILVA – Então, é um partido urbanístico, um projeto que tem que ser elaborado para este assentamento que está dentro do perímetro urbano.

Agora, o que poderia ser feito para consolidar toda essa situação, também, é a elaboração de um plano diretor municipal, não é, Deputado? Eu acho que isso reforçaria, ainda mais, as diretrizes de ocupação e de expansão do Município de Rosário Oeste.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – OK!

Eu só quero dar um recado: o proprietário do carro Gol, branco, placa 9681 RBY, por gentileza, retire só um pouquinho o seu carro, por favor.

Continua com a palavra, a Sr^a Raquel Lima.

A SR^a RAQUEL CAMPOS DE LIMA – Como eu disse, temos muitas diretrizes e acho que é importante explanarmos e aproveitarmos cada uma delas.

O nosso companheiro Jeovah fala da possibilidade da doação dos 80 hectares até mesmo pela... Eu chamo de descaso, Doutora, a questão da doação da farinha que teve um projeto, que foi doada pelo Município e vemos que não acontece nada.

Muito em breve, a senhora verá aqui ao lado que eles estão instalando um sucato. Eles estão recolhendo lixo para fazer a utilização como sucata, deixando ao lado desta comunidade, trazendo doenças, ratos, cobras. Essa é mais uma obra de uma farinha que não veio para isso. É por isso que eu chamo de descaso. Realmente, eu sou revoltada com essa área do lado.

Mas o Jeovah trouxe a oportunidade de termos a doação dos 80 hectares. A forma como o Jeovah fala parece até fácil.

Não é, Jeovah?

Faz uma proposta de lei, todo mundo aprova, aí passa para lá. Então, essa é uma questão fácil.

Mas aí, meu Deputado, eu quero lhe fazer uma pergunta: a sua Indicação foi aprovada pelo Governador? Ela já foi apreciada e aprovada pelo Governador?

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Sim!

A SR^a RAQUEL CAMPOS DE LIMA – Ótimo!

Meu povo, a sugestão do Deputado já foi aprovada. (PALMAS) Vamos ter ânimo! No mínimo, 15 hectares já temos garantidos. Então, vamos ter ânimo! (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER A REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA URBANA DO ASSENTAMENTO FONTE DE LUZ E LOCALIDADES
CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 15H, NO
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE.

Mesmo assim, Deputado, eu gostaria que, o mais breve possível, possamos marcar uma agenda com o Governador e a coordenação geral do movimento que representa aqui as famílias acampadas, o Deputado, o INCRA e o INTERMAT para fazermos uma discussão por último, para resolvermos a questão dessa área o quanto antes, porque falar é muito fácil.

A proposta que o Deputado está trazendo, temos lutado para que se resolva. Os 365 dias passou rápido. Tem 05 meses que eu estou no Estado. Se eu parar para pensar, nem acredito, mas já se vão 05 meses. A Dona Edileuza me trouxe para ficar uma semana aqui e já estou indo para 05 meses. Então, 365 dias passam no estalar de dedos e esse estalar já se foi.

Eu quero muito, Deputado, se possível, que tenhamos essa audiência com o Governador em uma mesa redonda para resolver, que saíssemos dali: “Não, aquele povo é merecedor, e nós vamos passar a área para o INTERMAT. Vamos passar 80 hectares.”. É uma solução, também, que foi proposta pelo nosso Deputado Wilson Santos, que veio com toda a sua comitiva. Ou não? Isso não será possível e nós já temos os nossos 15 hectares garantidos.

Gente, eu estou muito feliz! Até agora eu ainda não entendi o que o Deputado falou. Eu perguntei a ele se o Governador já aprovou. Nós estamos garantidos em 15 hectares. (PALMAS) Isso é bom demais! Isso é bom demais!

Vamos seguir!

Procurador Munir, eu queria muito o seu apoio. Sabe por quê?

O SR. MUNIR ARFOX – Defensor Público.

A SR^a RAQUEL CAMPOS DE LIMA – Defensor Público.

Muitas vezes quando o nosso processo está lá na frente vem um cunho e fala assim: “Isso é política!”. E aí encerra todo o nosso processo. E aqui eu acho que ficou bem claro que isto aqui não é política. Nós conseguimos... Na verdade, conseguimos não, o Deputado Wilson Santos conseguiu trazer vocês aqui em um momento um tanto delicado para que vocês pudessem ver o sofrimento. Não é pela data, não é pelo que está acontecendo, agora, em nosso País, mas é pela necessidade dos 365 dias que estão se encerrando.

Nós gostaríamos muito do envolvimento de vocês para que pudessem estar junto com esse processo dando aval a este povo e que vocês fossem presentes nesta terra, neste movimento que luta em prol da agricultura familiar. Nós estamos brigando pela agricultura familiar.

Queremos várias outras terras que estão aí com o INCRA, com o trabalho que o Bosco vem fazendo, que é um trabalho manso e pacífico. Eu acho que o movimento da Edileuza tem essa peculiaridade. É um movimento organizado. Não é um invasor de terra, como costumam dizer de nós, sabe, Deputado? “Não, vocês são sem-terra, invasores de terra.”. O agronegócio chega e, desculpe a expressão... Não gravem não, meninas, “caga” na nossa cabeça, mas é verdade.

Então, é um movimento sério que vem lutando. O Bosco, também, vem fazendo um trabalho minucioso conosco para que coloquemos famílias dentro de terra que esse povo merece. Mas precisamos desse aproximar de vocês com o movimento social e que vocês façam parte da nossa vida.

O SR. MUNIR ARFOX – Veja bem, a Defensoria Pública, hoje, tem a obrigação, não é favor, não; é obrigação de atendê-los. Por isso somos pagos e muito bem pagos. Não podemos reclamar, não! Então, a Defensoria Pública tem a obrigação de atendê-los. Por isso eu já passei o telefone, não sei se alguém anotou: 3613-8386; 3613-8386.

Deputado, tivemos uma situação, em Várzea Grande, na Gleba Formigueiro, que, ainda, está passível de regularização. Foi estendido o perímetro urbano até essa Gleba Formigueiro,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER A REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA URBANA DO ASSENTAMENTO FONTE DE LUZ E LOCALIDADES
CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 15H, NO
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE.

mas lá se transformou em uma gleba rural, pequenas chácaras. Então, o Município reverteu a lei tornando ali novamente área rural, o que pode ser feito aqui. Depende do Município. O Município pode reverter a lei, revogar essa lei e transformar aqui, novamente, em área rural para que possa acomodar devidamente essas famílias, principalmente se houver a doação dos 80 hectares em favor deles.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – OK!

Eu consulto a Raquel se ela, ainda, tem mais alguma coisa?

A SRª RAQUEL CAMPOS DE LIMA – Falta só mais uma pessoinha que eu não poderia deixar... Assim...

A SRª FERNANDA LÚCIA OLIVEIRA DE AMORIM – Raquel, só um minutinho... Com licença, Deputado, se o senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Vamos ser bem preciso, porque já está exaurindo o tempo e há várias pessoas inscritas ainda.

A SRª FERNANDA LÚCIA OLIVEIRA DE AMORIM – Gente, eu queria mostrar para vocês que fazemos e mostramos, como a Edileuza gosta, aqui está a proposta assinada que foi entregue e aprovada pela Assembleia Legislativa para regularizar essa área. Eu vou levar para vocês dormirem com o Deputado Wilson Santos do lado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Raquel.

A SRª RAQUEL CAMPOS DE LIMA – Deputado, para encerrar, não podemos deixar de falar do nosso INCRA, e aí, Bosco, pelo que eu ouvi aqui, se vai ser rural, se vai ser urbano, a que desfecho vai se tornar este nosso debate, eu acho que o INCRA é um parceiro muito grande e não podemos deixar de mão.

E eu gostaria muito, mais uma vez, solicitar que o INCRA, por meio do perito agrário, pudesse fazer um estudo de viabilidade ambiental e social dessa área. Acredito que isso vai contribuir muito no processo do Assentamento Fonte de Luz.

Eu gostaria desse seu comprometimento, se possível, para este ano ainda... Estudo ambiental e social do Assentamento Fonte de Luz.

Eu fiz uma solicitação, por meio de um requerimento, para que viesse um perito agrário, sei da dificuldade dele, que é o Henrique Lauar, é um perito requisitado...

A SRª EDILEUZA SOUZA SANTOS – Família MSA, silêncio, por favor! Por favor!

A SRª RAQUEL CAMPOS DE LIMA – Eu gostaria só de reafirmar, Bosco, esse requerimento; porque eu sei que vocês têm sido uns parceiros muito grandes da NO e seria de suma importância, pelo que vimos no dia de hoje, termos esse estudo da área.

Meu Deputado, seria isso, eu agradeço muito o dia de hoje e sei que sairemos daqui mais do que vitoriosos.

Reforma agrária, quando?

(A PLATEIA SE MANIFESTA: “JÁ!”.)

A SRª RAQUEL CAMPOS DE LIMA – Quando?

(A PLATEIA SE MANIFESTA: “JÁ!”.)

A SRª RAQUEL CAMPOS DE LIMA – Quando?

(A PLATEIA SE MANIFESTA: “JÁ!”.)

O SR. JOÃO BOSCO DE MORAES – Com relação ao perito agrário, você estava me cobrando a questão da menina, da Darlene, que está lá em Brasília; mas, de qualquer forma, eu

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER A REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA URBANA DO ASSENTAMENTO FONTE DE LUZ E LOCALIDADES
CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 15H, NO
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE.

vou comprometer, em nome desta Audiência Pública, com vocês e com a Assembleia Legislativa e vou passar para a Diretoria de Obtenção, em Brasília, Dr. Clóvis, e comprometo ainda dar uma data, Deputado, para trazer esse perito.

A Edileuza está lembrando que já tem uma data provável para esse perito vir. O Dr. Clóvis chega amanhã, é o comprometimento e aí não tem problema, é compromisso nosso estar junto com vocês, o nosso compromisso continua fechado. OK! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Com a palavra, agora, a Edileuza Souza Santos, Coordenadora Geral do Movimento Social Agrário.

A SR^a EDILEUZA SOUZA SANTOS – Boa tarde, família MSA!
(A PLATEIA RESPONDE BOA TARDE.)

A SR^a EDILEUZA SOUZA SANTOS – Em nome do nosso Deputado Wilson Santos; do representante do INCRA, o Superintendente João Bosco de Moraes; do nosso Defensor Público, Dr. Munir; da Dr^a Tatiana; da Dr^a Fernanda, porque ela e a equipe dela – eu estou vendo aqui o técnico – estiveram aqui em 2016, foram 03 dias...

Dr^a Tatiana, foi feito todo papel de topografia, projeto, já teve um arquiteto, é assim: quando falar “traga a lei, que será aprovada”, o projeto do assentamento está pronto, todo trabalho bem sinuoso da topografia foi feito pela Frente Parlamentar, então, o acampamento está precisando só o Go-ver-na-dor nos atender...

(O SR. FERNANDO NAZÁRIO FALA COM A ORADORA – INAUDÍVEL.)

A SR^a EDILEUZA SOUZA SANTOS – ...depois chegarei nessa parte.

Respondendo ao Defensor e a Tatiana, e aí, Deputado Wilson Santos, antes de a nossa Diretora ir embora eu queria... É assim pessoal, só um minutinho...

(A PLATEIA COMEÇA A CONVERSAR ALTO.)

A SR^a EDILEUZA SOUZA SANTOS – Olha, se tiver conversa, eu não falo. Não é porque temos gente de fora, que estamos sendo gravados... Eu não irei mudar, eu serei o que sou, conversou, paro de falar.

Temos a importância dessa Diretora, que está hoje nos prestigiando, pessoal, porque é uma sala anexa do Estado.

Estamos tão avançados, Deputado, que aqui tem alunos estaduais, o senhor veja que o pessoal está de uniforme, são alunos do EJA, e esta Diretora veio e implantou. Fomos lá, procuramos o Edinho, como Secretário Adjunto, e foi um presente para o Acampamento. Aqui já tivemos curso do SENAI, curso da EMPAER, tudo que a EMPAER faz dentro de Rosário Oeste: nós estamos dentro.

E não são 15 hectares, não! Nós estamos produzindo dentro de 80 hectares. Os 15 hectares foi uma proposta, um acordo que foi feito, mas o pessoal do mesmo lote que ficou até hoje não mudou, porque o sonho desse pessoal... O pessoal da Fonte de Luz que tem o seu lotinho aqui, levanta, por favor!... Vocês querem ir para outro lugar e deixar o seu lotinho de 50x50?

(A PLATEIA RESPONDE NÃO.)

A SR^a EDILEUZA SOUZA SANTOS – Então, essas são as pessoas que não querem mudar.

Gostei muito que a Dr^a Fernanda lançou... A Professora Flávia está aí, que vem todo os dias, das 16 às 19h, dar aula para os nossos alunos.

Quando a Dr^a Fernanda e o Diego vieram com a assistente social e ficaram aqui 03 dias, fizeram um trabalho maravilhoso. Nós batemos na tecla: daqui nós não sairemos. Nós

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER A REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA URBANA DO ASSENTAMENTO FONTE DE LUZ E LOCALIDADES
CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 15H, NO
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE.

queremos plantar. A única coisa que só tem muda, e que ainda está pequeno, é o cará, o cupuaçu, essas coisas vocês sabem que, dentro de 03 anos, não dariam fruto mesmo.

O Defensor já está indo?... O Defensor Público já está saindo, ele fez um compromisso... (PALMAS)... E nós vamos procurá-lo.

Nós estamos tendo uma dificuldade, Deputado Wilson Santos, gostaria de chamar o meu companheiro Flexa, que ele é da Direção, está junto comigo nessa frente, que ele venha ficar aqui perto, porque vocês estão me cobrando, pelos olhos, cadê o Flexa? Eu já conheço vocês.

Flexa, faz favor!

O INCRA tem nos acompanhado e ele já tem... O pessoal do INCRA tem um compromisso com o MSA; mas, quando eles entraram aqui para nos ajudar, eram só 300 pessoas, mas se não fosse a interferência do INCRA, a interferência da Assembleia Legislativa... Deputado Wilson Santos, o senhor nunca veio aqui antes, mas a sua assessoria sempre esteve aqui, meio receosa, porque todas as vezes que nós tínhamos uma reintegração de posse íamos bater na porta da Assembleia Legislativa, íamos procurar um meio de conseguir suspender por mais 03 meses. Isso foram 09 vezes dentro de 03 anos! Foi muito sofrimento deste pessoal! Eles não querem sair de jeito nenhum.

Colocamos o projeto da luz aqui, mas a luz chega para alguns lá embaixo e nos lotes não chega. Precisamos que...

Todo mundo foi lá e fez o pedido para a ENERGISA, Deputado, só que a direção da ENERGISA pediu que um órgão desse um ofício apoiando a instalação padrão um por um. Nós procuramos o INCRA e ele falou: “Eu faço desde que o INTERMAT ajude a assinar esse ofício, a Assembleia Legislativa e o Governo.”

Foi ou não foi, Bosco?

O SR. JOÃO BOSCO DE MORAES – A EMPAER que é dona da área.

A SRª EDILEUZA SOUZA SANTOS – Isso!

O SR. JOÃO BOSCO DE MORAES (FALA FORA DO MICROFONE) – Para a ENERGISA, quem autoriza é a dona da área.

A SRª EDILEUZA SOUZA SANTOS – Mas como a EMPAER é quem nos bate, quem quer nos tirar, tem que ter a interferência do Governador e o órgão que representa o Governador neste acampamento que está sentado à mesa chama-se INTERMAT.

Vocês entenderam?

Porque a ENERGISA não vai...

Pessoal, esse acordo, Deputado, termina no dia 28 de maio de 2019. Nós não iremos sair. Então, estamos correndo contra o tempo...

Eu agradeço a presença do Max. Realmente, o Prefeito tem nos apoiado. Inclusive, nós precisamos... Você falou que iria elaborar esse ofício, também, para nós.

Então, estamos correndo atrás de uma conjuntura, pessoal, porque há 43 pessoas que não têm energia lá nos seus lotinhos. E por que estão lá? Porque precisam, porque querem continuar plantando.

Essa plantação, isso que está aqui exposto, Deputado Wilson Santos, é nosso. Se você sair... Nós fizemos uma revistinha. Se você for, vai achar tudo que tem aqui. O que não está dando está num porte grande, que a pessoa está cuidando, que é o açaí, o cupuaçu, a castanha do Pará. Tudo esse povo planta! Tudo!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER A REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA URBANA DO ASSENTAMENTO FONTE DE LUZ E LOCALIDADES
CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 15H, NO
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE.

Então, se precisarmos ir 10 vezes naquele Cuiabá, 10 vezes iremos. Acreditamos nessa Indicação do senhor. Para mim: “Ah, ainda vai estudar a lei, como funciona.”. Não! Eu já decretei na minha cabeça que essa lei já está aprovada. Pronto! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito bem, Edileuza, está decretado.

Muito bem!

Agora, vamos ouvir o pessoal da plateia.

Estão inscritos: Bertulina Soares de Almeida, Arlinda Alves Ferreira, Cássio Delfino da Silva, Antoniel Cursino Lemes e o Fernando Nazário. Todos estão aí desde o início, educadamente, ouvindo a todos aqui.

Com a palavra, a Sr^a Bertulina, do Assentamento Chiqueirinho.

Por favor, levem o microfone até ela. Vamos ouvir a plateia, agora.

Dona Bertulina.

Deixe-me ouvir a Dona Bertulina pela idade dela. Depois, eu te passarei a palavra.

Por favor, Dona Bertulina, do Assentamento Chiqueirinho. Veio aqui prestigiar esta Audiência Pública.

A SR^a BERTULINA SOARES DE ALMEIDA – Primeiramente, agradeço a Deus, que eu venho pedindo muito por este assentamento. Eu oro bastante, pedindo. Eu quero que Deus abençoe mesmo esse povo que está nos apoiando e brevemente estaremos no nosso lote. Com essa guerreira não tem quem pode.

Eu oro para Deus que dê força a ela, dê saúde para ela viajar, porque ela viaja por aí a nosso favor.

Eu agradeço muito!

É Chiqueirinho ou Raizama?

A SR^a EDILEUZA SOUZA SANTOS (FALA FORA DO MICROFONE) – O da senhora?

A SR^a BERTULINA SOARES DE ALMEIDA – É!

A SR^a EDILEUZA SOUZA SANTOS (FALA FORA DO MICROFONE) – É o Chiqueirinho mesmo.

A SR^a BERTULINA SOARES DE ALMEIDA – É o Chiqueirinho mesmo.

E vai sair logo, também? Vai sair logo, também?

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Dona Bertulina, eu vou passar para o Dr. Bosco.

O SR. JOÃO BOSCO DE MORAES – O INCRA fez algumas vistorias aqui, em Rosário Oeste. Essa é uma das áreas para compra. Depois da vistoria, o proprietário não quis mais vender a área para o INCRA.

A SR^a BERTULINA SOARES DE ALMEIDA – Ah, é?

O SR. JOÃO BOSCO DE MORAES – Mas, afora essa área, depois o movimento passa para a senhora, há duas áreas que o próprio fazendeiro concordou em vender e que já está bem adiantado. Já fez a vistoria e a avaliação.

Se a senhora não for assentada lá, será assentada em uma dessas áreas, porque essa daí, ela acabou de confirmar aqui, eu não lembrava de cabeça, o processo já foi arquivado...

Mas o fazendeiro não quer vender, né?

(A SR^a EDILEUZA DIALOGA COM O SR. JOÃO BOSCO – INAUDÍVEL.)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER A REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA URBANA DO ASSENTAMENTO FONTE DE LUZ E LOCALIDADES
CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 15H, NO
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE.

O SR. JOÃO BOSCO DE MORAES – ...está trabalhando para renegociar, a Edileuza está colocando aqui.

A SR^a BERTULINA SOARES DE ALMEIDA – Para renegociar?

O SR. JOÃO BOSCO DE MORAES – É!

A SR^a BERTULINA SOARES DE ALMEIDA – Que bom!

O SR. JOÃO BOSCO DE MORAES – Porque ele não queria antes, Edileuza? Ele não queria vender.

(A SR^a EDILEUZA DIALOGA COM O SR. JOÃO BOSCO – INAUDÍVEL.)

O SR. JOÃO BOSCO DE MORAES – Resumindo, está trabalhando para dar certo.

A SR^a BERTULINA SOARES DE ALMEIDA – Está trabalhando e vai dar certo, em nome de Jesus. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito bem, Dona Bertulina.

Olha, eu já tenho muitos quilômetros rodados na estrada, mas eu nunca tinha visto uma pessoa nessa idade vir aqui desde cedo, ficar aqui o tempo todo e usar a palavra com tamanha lucidez. Então, merece respeito. (PALMAS)

Com a palavra, a Sr^a Arlinda Alves Ferreira, do PA Santo Antônio, do Município de Campo Verde, veio de longe para prestigiar e apoiar.

Vamos lá, Arlinda.

A SR^a ARLINDA ALVES FERREIRA – Boa tarde!

Agradeço a oportunidade que o senhor nos dá. O meu nome é Arlinda, represento um grupo que nos unimos e levantamos a sobra do PA Santo Antônio da Fartura.

Nesta tarde, darei uma resumida bem rápida para não tomar muito tempo, eu me dirijo... Eu não faço uma pergunta para o Dr. João Bosco, eu me dirijo a ele, ou seja, eu faço um apelo para ele: quando é que teremos um resumo desse processo que está tramitando dentro do INCRA desde 2013? Eu queria tanto ter o resumo final, transparente desse processo do PA Santo Antônio da Fartura, a sobra. Eu represento esse grupo e o meu apelo...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS – FORA DO MICROFONE) – Quantos hectares essa sobra?

A SR^a ARLINDA ALVES FERREIRA – Apareceu no levantamento que fizemos 2.623 hectares.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS – FORA DO MICROFONE) – Só a sobra?

A SR^a ARLINDA ALVES FERREIRA – Só a sobra.

O SR. JOÃO BOSCO MORAES – Dona Arlinda, parabéns por a senhora ter vindo aqui prestigiar esta Audiência Pública da Assembleia Legislativa.

Mas, assim, o PA Santo Antônio da Fartura, o próprio nome diz, o Deputado irá se lembrar disso, também, que, há muitos anos, quando se criou, ele esteve lá quando começou, produzindo muito bem e depois de muitos anos é que foi se verificar que tinha uma sobra lá que fala da Fazenda Bigorna. Tem uma parte lá da Fazenda Bigorna e outra parte que é de Santo Antônio, também.

A Edileuza esteve lá no INCRA...

Foi na semana passada, Edileuza?... Semana passada e está com o Dr. Carlos Alberto, que marcou, inclusive, para dar um resultado para vocês no dia 09, agora.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER A REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA URBANA DO ASSENTAMENTO FONTE DE LUZ E LOCALIDADES
CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 15H, NO
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE.

No dia 09, não é, Edileuza?... Dia 09, às 15 horas. Ela irá passar para vocês, dia 09 agora.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – OK!

Cássio Delfino da Silva.

O pessoal da plateia está sendo bem rápido.

Só um pouquinho, Raquel, você irá falar. Você não sairá daqui sem falar de novo.

Você falou só 26 minutos, mais do que a palestrante.

Cássio Delfino da Silva, a última chamada, Cássio Delfino da Silva (AUSENTE).

Fernando Nazário, da Direção do Acampamento Fonte de Luz.

Cadê o Fernando? Vamos lá!

Fernando, é você?

O SR. FERNANDO NAZÁRIO (FLEXA) – Boa tarde a todos!

Eu quero agradecer, primeiramente, a Deus.

Agradeço a presença de todos que saíram de longe, vieram de suas casas em busca de resultado e saber de algumas questões.

Eu agradeço a todos, ao Deputado, que fez esta Audiência Pública, trouxe as pessoas, como o Defensor Público, que já saiu, e eu queria fazer uma pergunta para ele.

Quero dizer a todos, ao João Bosco, que nos conhece e sabe da nossa luta, nós estamos acampados, eu sou acampado com outras pessoas e já vai fazer 05 anos dentro da região de Rosário Oeste, brigando pela área e nós não vamos desistir da nossa luta.

Isso aqui não é brincadeira. O nosso movimento não vai parar.

Eu quero dizer àqueles que estão aqui que o que estamos fazendo aqui é um movimento para mostrar que nós existimos, para que as pessoas reconheçam que nós estamos aqui.

Tudo que está sendo falado aqui é para mostrar que nós vamos cobrar. Nós vamos para as ruas, se for necessário fechar a BR, que nós já fechamos, nós vamos fechar, porque somos movimento.

Nós vamos cobrar o que é nosso por direito. Nós reivindicamos as nossas áreas, protocolamos lá e nós vamos cobrar, porque as pessoas que vieram aqui não vieram à toa.

Vimos mostrar a nossa cara, porque muitas vezes nos consideram como baderneiros, pessoas que são bagunceiras, mas na verdade não somos bagunceiros.

Se precisar mostrar a nossa cara, nós vamos mostrar; se precisar mostrar a cara do movimento que vai cobrar os seus direitos, nós vamos cobrar.

O pessoal do Aricá, Bosco, você sabe que nós temos algumas questões, eles ficam preocupados, alguns eu acho que vão até fazer alguma pergunta. Você, desses dias para cá, tem alguma questão sobre o Aricá? Algumas pessoas estão me cobrando para saber sobre essa questão do Aricá... (PALMAS)

A SR^a EDILEUZA SOUZA SANTOS – Ele não vai responder, não.

Eu respondo. Vocês não prestaram atenção, mas dia 09 é para ir lá. Ele falou do Henrique Lauer e da Darlene. Quem prestou atenção?

Então, está bom!

Falou, Flexa!

O SR. FERNANDO NAZÁRIO (FLEXA) – Espera aí. É assim: o pessoal fez essa pergunta. Foi por isso que eu falei: se ele trouxe alguma coisa de novidade de lá para cá.

Vocês não entenderam a pergunta.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER A REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA URBANA DO ASSENTAMENTO FONTE DE LUZ E LOCALIDADES
CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 15H, NO
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE.

Eu perguntei se ele tem alguma novidade da nossa reunião do dia 09 para cá, da nossa reunião.

Nós estivemos na semana passada lá, Bosco. Foi isso que eu coloquei, se ele tem alguma novidade da nossa ida lá, desse dia para cá. Não perguntei... Porque no dia 09 sabemos que nós vamos estar lá. Eu perguntei se ele tem...

O SR. JOÃO BOSCO DE MORAES – Flexa, é o seguinte: a Fazenda Aricá, o movimento sabe, o Flexa também, teve um processo antigo no INCRA que não foi para frente. Certo?

Resumindo, nos comprometemos com vocês, com as lideranças do movimento, fazermos novas vitórias agora. Está sendo montada uma equipe e ficou acertado, inclusive com o chefe dessa área, que é o Carlos Alberto, junto com o Chiru lá da Obtenção, que dia 09 iremos soltar a ordem de serviço com as equipes e várias reivindicações de vocês aqui do Movimento. Não é só do Fonte de Luz. Ele está falando de outra área.

O movimento de vocês é grande, a distância é grande, e vocês estão aproveitando a oportunidade.

Então, dia 09 teremos esse resultado lá. OK? (PALMAS)

O SR. FERNANDO NAZÁRIO (FLEXA) – Só mais uma questão, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Pois não, Flexa.

O SR. FERNANDO NAZÁRIO (FLEXA) – Esta Audiência Pública está sendo salutar para nós do Fonte de Luz.

Todo mundo sabe do investimento que estamos fazendo nessa área, Deputado, sabemos da sua luta para fazer com que isso venha acontecer, mas, Deputado, nós sabemos, como o senhor falou do projeto, temos que agradecer também o nosso Governador do Estado Pedro Taques, que tem lutado e nunca nos deixou na mão (PALMAS). Nunca nos deixou na mão! Toda vez que precisamos dele, o Governador abriu as portas, nos defendeu e não deixou sairmos daqui.

Estávamos num momento crítico, seríamos despejados, e ele nos abriu as portas, inclusive o Deputado Wilson Santos participou de uma reunião e sabe da nossa luta.

Quero dizer para vocês, pessoal, que a nossa luta irá continuar. O movimento não vai parar. Nós vamos cobrar.

Não vamos, pessoal?

É isso aí. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito bem, Flexa.

Agora, com a palavra, o Antoniel Cursino Lemes, também do Acampamento Fonte de Luz. Por gentileza! Com a palavra, o Antoniel.

O SR. ANTONIEL CURSINO LEMES – Boa tarde a todos!

Eu gostaria de perguntar para as autoridades que garantia nos darão de que não sairemos no final de maio. Porque estamos cansados, cansados, de tomar chicotadas!

Então, que garantia teremos, porque a eleição está aí, a eleição está aí. Que garantia o Governo pode dar para nós, se, se ele perder, se não vamos tomar chicotadas depois disso? (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Pessoal, eu não quero confundir as coisas com eleição.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER A REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA URBANA DO ASSENTAMENTO FONTE DE LUZ E LOCALIDADES
CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 15H, NO
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE.

Em nenhum momento aqui eu falei em eleição, não deixei ninguém da minha assessoria colocar um adesivo meu, distribuir nenhum santinho, proibi, não quis que houvesse a contaminação com o processo eleitoral.

Eu posso responder essa pergunta importante do Antoniel, que é uma angústia enorme aqui. A grande garantia, primeira, é Deus; a segunda é a capacidade de luta e organização de vocês; e a terceira é essas autoridades que estão aqui estão porque têm compromisso com essa luta. (PALMAS)

O Bosco falou aqui, vocês citaram vários acampamentos, em quase todos Wilson Santos esteve lá.

Estive lá na Fartura, há mais de 20 anos; estive lá no Pontal do Glória; estive lá no Santana do Taquaral; em Jangada Roncador; Forquilha do Manso; na Raizama; na Santa Helena. Todos deram certos. E agora estou aqui de novo. Estou aqui com vocês. (PALMAS)

Antoniél, obrigado por sua pergunta. Você fez a grande pergunta que está no coração de todo mundo; mas, se eu chegar aqui e garantir, fica parecendo alguma coisa eleitoral e eu não quero confundir as coisas.

É luta. É aquilo que a Raquel disse: a solução é a luta!

O Flexa colocou, vai ter que dar certo, senão vamos reagir. A cada ação tem uma reação. Com o Governador Pedro Taques, há um ambiente muito favorável, tem feito tudo que é possível.

Nós vamos trabalhar, Antoniel, para que, até o dia 31 de dezembro deste ano, com a vitória ou não do Governador Pedro Taques, esteja resolvido e encerrado este assunto. (PALMAS)

Prestem bem atenção: vamos continuar lutando.

Eu não sou o Governador e às vezes o próprio Governador não tem os instrumentos legais para fazer o que ele gostaria,

Eu passo a palavra para o Jeovah, porque ele quer falar um pouquinho sobre essa pergunta importante do Antoniel.

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA – Só para ajudar o Deputado Wilson Santos a complementar o que ele já respondeu brilhantemente.

O senhor lembra bem no início da nossa fala, de que o Governador Pedro Taques sempre defendeu os assentados, sempre defendeu as pessoas mais simples, a agricultura familiar e quero ressaltar que nenhum despejo foi feito durante o Governo Pedro Taques em áreas pertencentes ao Estado de Mato Grosso... (PALMAS)... Nenhuma!

Se alguma vez foi despejado algum assentado de áreas públicas, os senhores digam aqui, porque nenhum foi.

O Governador Pedro Taques não permitiu que se despejasse ninguém que estivesse ocupando áreas do Estado de Mato Grosso.

Os senhores foram despejados em 2013, em 2014, da Gleba Xororó, em outro Governo. Se fosse o Governador Pedro Taques, com certeza os senhores estariam lá.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado!

Convido Telma Reis Calçado, que pediu.

Depois, eu vou dar a palavra à Diretora, Maria Gorete, que pediu um minutinho para fazer uma fala.

Com a palavra, Telma Reis Calçado, por favor.

A SR^a TELMA REIS CALÇADO – Boa tarde!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER A REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA URBANA DO ASSENTAMENTO FONTE DE LUZ E LOCALIDADES
CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 15H, NO
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE.

Não precisa de microfone, porque eu falo alto.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Precisa, porque isso aqui está sendo documentado.

A SR^a TELMA REIS CALÇADO – Pessoal, eu só queria fazer uma pergunta: eu gastei tudo que tinha no meu terreno e na minha casa. Eu gostaria de saber se eu posso continuar gastando, se eu posso continuar investindo no meu terreno sem medo de perder? Posso?

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Já respondi, Telma.

A SR^a TELMA REIS CALÇADO – Então, está respondido.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Já respondi.

A SR^a TELMA REIS CALÇADO – Eu escutei que o senhor respondeu...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Sim, só estamos numa caminhada...

A SR^a TELMA REIS CALÇADO – Eu só vim aqui, porque o senhor chamou o meu nome. É por isso que eu vim.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – É que trouxeram aqui que a senhora queria falar.

A SR^a TELMA REIS CALÇADO – Isso mesmo!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Eu não deixei ninguém sem falar.

A SR^a TELMA REIS CALÇADO – Eu escutei as respostas e agradeço.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Obrigado, Telma.

Uma salva de palmas para Telma. (PALMAS)

Maria Gorete é a última inscrita, professora e Diretora da escola.

A Maria Gorete está aí ou já foi?... Teve que sair!

Eu quero agradecer a todos!

Tenho que voltar para Cuiabá, porque tenho agenda enorme.

Quero dizer, Raquel e Edileuza, que foi um dia histórico. O que vocês conseguiram, nesta tarde-noite, foi trazer as principais autoridades do Estado quando o assunto é titulação.

Aqui está o Presidente do INCRA no Estado de Mato Grosso, Dr. João Bosco, muito obrigado! (PALMAS)

Aqui está o Jeovah, que representa o Presidente do INTERMAT (PALMAS); aqui está o representante do Prefeito de Rosário Oeste, Maxmar (PALMAS); o Vereador representando o Parlamento Municipal (PALMAS); o Arquiteto Urbanista Ítalo; veio a nossa palestrante, a Procuradora (PALMAS); a Raquel; e o Flexa.

Eu quero agradecer a minha equipe: a Irene, a Cristiane e o Tenente, em nome dos três, o meu gabinete, que é incansável em trabalhar e que foi muito responsável por esta presença aqui.

Aquilo que eu disse, eu repito: que Deus, o grande Arquiteto do Universo, Senhor dos mares e da terra, Senhor dos exércitos, possa continuar com vocês, porque quem está com Deus vence tudo e todos.

Parabéns, um grande abraço e felicidade para todos vocês! (PALMAS)

Se tiver o Hino de Mato Grosso, pode colocar para encerrarmos com o nosso querido Hino de Mato Grosso.

(O HINO DO ESTADO DE MATO GROSSO É EXECUTADO.)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER A REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA URBANA DO ASSENTAMENTO FONTE DE LUZ E LOCALIDADES
CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 15H, NO
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Está encerrada esta Audiência
Pública. (PALMAS)

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Luciane Carvalho Borges;
 - Taiza Antônia Noujain;
 - Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:
 - Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antônia de Almeida Maciel;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Sheila Cristiane de Carvalho;
 - Solange Aparecida Barros Pereira.